

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA  
FINANCEIRA EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS.

UM PROJETO DE INTERVENÇÃO COM ALUNOS DE  
CURSOS EFA EM ODIVELAS.

Rui Filipe de Melo Lavoura

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre  
em Gestão

Orientadora:  
Doutora Patrícia Ávila, Professora Auxiliar  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2017

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA FINANCEIRA EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS.  
UM PROJETO DE INTERVENÇÃO COM ALUNOS DE CURSOS EFA EM ODIVELAS.

**Rui Filipe de Melo Lavoura**

- Lombada -

O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE LITERACIA  
FINANCEIRA EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS.

UM PROJETO DE INTERVENÇÃO COM ALUNOS DE  
CURSOS EFA EM ODIVELAS.

Rui Filipe de Melo Lavoura

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre  
em Gestão

Orientadora:  
Doutora Patrícia Ávila, Professora Auxiliar  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro de 2017

## Resumo

Nos últimos anos, a literacia financeira tem ganho maior relevo junto dos governos e das organizações nacionais e internacionais pela necessidade de melhorar o conhecimento e as competências fundamentais dos consumidores no domínio financeiro, para que façam uma gestão das suas finanças pessoais de forma mais adequada.

O Plano Nacional de Formação Financeira surgiu em 2011, para adotar uma estratégia nacional de formação financeira e para congregar todos os atores sociais que estão comprometidos em responder ao desafio de formar as pessoas no domínio financeiro. As linhas de orientação do Plano Nacional para o quinquénio 2016-2020 definem como prioridade desenvolver ações junto de grupos vulneráveis, tais como desempregados, imigrantes, reformados com pouco rendimentos, jovens sem escolaridade obrigatória e pessoas com necessidades especiais.

O projeto de formação financeira junto dos alunos dos cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA) da Escola Secundária Adelaide Cabette, em Odivelas, trata-se de um projeto de investigação-ação que leva o seu promotor a contribuir para a melhoria da literacia financeira de grupos vulneráveis através de ações de formação financeira.

O modo como devem ser desenvolvidos projetos de intervenção visando a melhoria das competências de literacia financeira de populações adultas menos escolarizadas e mais desfavorecidas em termos socioeconómicos não é ainda consensual, assim como não está estabelecido o modo como essas ações devem ser avaliadas, nomeadamente no que diz respeito à sua eficácia. Este projeto poderá ajudar no desenho e implementação de outros projetos de literacia financeira junto de populações adultas vulneráveis mesmo em contextos diferentes do ambiente escolar.

Palavras-chave: literacia financeira; educação financeira; grupos vulneráveis; metodologia de projeto de intervenção

## Abstract

In recent years, financial literacy has gained even more prominence and importance among governments and national and international organizations in order to improve financial knowledge and fundamental skills of consumers so that a more efficient management of their personal finances, can be done.

The National Financial Training Plan was launched in 2011 to adopt a national financial training strategy and to gather all the social actors who are committed to the challenge of training people in the financial domain. The guidelines of the National Plan for the 2016-2020 quinquennium define as a priority to develop actions among vulnerable groups, such as the unemployed, immigrants, low-income retirees, young people with no regular education and people with special needs.

The project of financial education for the students of the courses of Adult Education and Training (EFA courses) of Adelaide Cabette High School in Odivelas, is an action-research project that leads its promoter to contribute to the improvement of the financial literacy of vulnerable groups through financial training actions.

The way in which intervention projects should be developed so that to improve the financial literacy skills of less educated and disadvantaged adult populations in socio-economic terms is not consensual, till the present days, as well as it is not established how these actions should be evaluated, for instance concerning their effectiveness. This project may be a helpful tool in the conception and implementation of other financial literacy projects among vulnerable adult populations even in different contexts from the school environment.

Keywords: financial literacy; financial training; vulnerable groups; project methodology

## Agradecimentos

*À Professora Patrícia Ávila pela orientação e motivação para a realização deste projeto.*

*À Professora Isabel Marques, corpo docente dos cursos EFA e funcionários da Escola Secundária Adelaide Cabette, por toda a disponibilidade e colaboração.*

*À Arquiteta Manuela Henriques, Coordenadora do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania na Câmara Municipal de Odivelas, pelo despertar para a importância de implementar um projeto de formação financeira junto da população de Odivelas.*

*Aos meus pais e irmã pelo papel fundamental que tiveram na construção da pessoa que eu sou.*

*À minha companheira por todo o apoio e dedicação que tornou possível a realização deste projeto.*

## Índice

Introdução.....	1
<b>Capítulo I – Enquadramento teórico.....</b>	<b>3</b>
1. O conceito de literacia financeira .....	3
1.1. O contexto económico mundial .....	4
1.2. A literacia financeira e o meio envolvente .....	5
1.3. A literacia financeira e fatores socioeconómicos .....	6
1.4. Medição do índice de literacia financeira .....	7
1.5. A literacia financeira e o ensino.....	9
2. O Plano Nacional de Formação Financeira.....	13
<b>Capítulo II – Estudo de caso com adultos de baixa escolaridade .....</b>	<b>15</b>
1. Definição do problema.....	15
1.1. Os adultos em aprendizagem na Escola .....	16
1.2. Os cursos EFA.....	16
2. Objetivos da investigação .....	19
3. Metodologia .....	19
3.1. Primeira fase: diagnóstico da literacia financeira dos alunos.....	21
3.1.1. Entrevistas semiestruturadas aos agentes escolares .....	21
3.1.2. Inquérito por questionário aos alunos .....	22
3.2. Segunda fase: planeamento e estratégia.....	23
3.3. Terceira fase: implementação da ação de formação .....	24
3.4. Quarta fase: avaliação dos resultados da ação de formação.....	24
3.4.1. Inquérito de satisfação aos alunos sobre a ação de formação .....	25
3.4.2. Inquérito por questionário de acompanhamento (follow-up) da evolução da literacia financeira.....	25

<b>Capítulo III – Resultados do estudo de caso .....</b>	<b>27</b>
1. Diagnóstico da literacia financeira dos alunos .....	27
1.1. Caraterização da população .....	27
1.2. Inclusão financeira .....	30
1.3. Planeamento do orçamento familiar .....	32
1.4. Hábitos de poupança .....	33
1.5. Atitudes e comportamentos .....	34
1.6. Escolha e gestão de produtos financeiros .....	35
1.7. Compreensão financeira .....	39
1.8. A numeracia .....	39
1.9. Produtos financeiros .....	41
1.10. Orçamento familiar e poupança .....	41
1.11. Índice de literacia financeira .....	43
1.12. Planeamento da ação de formação .....	43
1.13. Implementação da ação de formação .....	44
2. Resultados da ação de formação .....	45
2.1. Inquérito de satisfação aos alunos sobre a ação de formação .....	45
2.2. Inquérito por questionário de acompanhamento (follow-up) da evolução da literacia financeira .....	45
2.2.1. Hábitos de poupança .....	45
2.2.2. Atitudes e comportamentos .....	46
2.2.3. Compreensão financeira .....	47
2.2.4. Numeracia .....	48
2.2.5. Produtos financeiros .....	49
2.2.6. Orçamento familiar e poupança .....	50
2.2.7. Índice de Literacia Financeira .....	52
Conclusões .....	53
Bibliografia .....	57
Anexos .....	60

## Índice de quadros

Quadro 1.2.1   Percursos EFA - Nível Básico: habilitações escolares de acesso .....	18
Quadro 1.2.2   Percursos EFA – Nível Secundário: habilitações escolares de acesso.....	18
Quadro 1.2.3   Distribuição dos alunos inquiridos pelos cursos EFA .....	18
Quadro 1.8.1   Percentagem de respostas às questões sobre numeracia.....	40
Quadro 1.9.1   Percentagem de respostas às questões sobre produtos financeiros.....	41
Quadro 1.10.1   Percentagem de respostas às afirmações sobre orçamento familiar e poupança .....	42
Quadro 2.1.1   Percentagem dos resultados do inquérito de satisfação.....	44
Quadro 2.2.2.1   Média de respostas às afirmações sobre atitudes e comportamentos.....	45
Quadro 2.2.4.1   Percentagem de respostas às questões sobre numeracia.....	48
Quadro 2.2.5.1   Percentagem de respostas às questões sobre produtos financeiros.....	49
Quadro 2.2.6.1   Percentagem de respostas às afirmações sobre orçamento familiar e poupança .....	51
Quadro 2.2.7.1   Índice de literacia financeira.....	52

## Índice de figuras

Figura 1.1.1   Caraterização dos inquiridos segundo o género, a idade, a nacionalidade e o nível de escolaridade.....	27
Figura 1.1.2   Caraterização dos inquiridos segundo a condição perante o trabalho .....	28
Figura 1.1.3   Caraterização dos inquiridos pela situação perante a profissão .....	29
Figura 1.1.4   Caraterização dos inquiridos por nível de rendimento do agregado familiar .....	29
Figura 1.2.1   Percentagem de inquiridos que não têm uma conta de depósito à ordem.....	30
Figura 1.2.2   Caraterização dos inquiridos que não têm depósito à ordem por critérios de estratificação .....	30
Figura 1.2.3   Titularidade de produtos financeiros.....	31
Figura 1.3.1   Responsabilidade pelas decisões financeiras por escalão etário.....	32
Figura 1.4.1   Realização de poupança e principal razão por que não faz poupança .....	33
Figura 1.5.1   Atitudes e comportamentos dos inquiridos (valores médios).....	34
Figura 1.6.1   Principal razão de escolha da instituição de crédito.....	36
Figura 1.6.2   Principal razão de escolha da instituição de crédito.....	36
Figura 1.6.3   Leitura da informação contratual dos produtos financeiros .....	37
Figura 1.6.4   Conhecimento da comissão de manutenção de conta de depósito à ordem..	37
Figura 1.6.5   Taxa de esforço (peso das prestações dos empréstimos no rendimento mensal).....	38
Figura 1.7.1   Níveis de autoavaliação dos conhecimentos financeiros .....	39

## Lista de abreviações

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P.

ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões

BdP – Banco de Portugal

CMO – Câmara Municipal de Odivelas

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

EFA – Educação e Formação de Adultos

GSI – Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania

INFE – International Network of Financial Education

ILF – Índice de Literacia Financeira

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Plano Nacional – Plano Nacional de Formação Financeira

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

## Sumário executivo

Nos últimos anos, a literacia financeira tem ganho maior relevo junto dos governos e das organizações nacionais e internacionais pela necessidade de melhorar o conhecimento e as competências fundamentais dos consumidores no domínio financeiro, porque no sistema bancário existem produtos muito complexos e se colocarem novos desafios ao mercado através da oferta crescente de produtos através de canais digitais. Os consumidores terão de desenvolver as suas competências para lidar com os problemas financeiros do quotidiano para que façam uma gestão das suas finanças pessoais de forma mais adequada. Os consumidores com níveis de literacia financeira mais elevados escolhem desejavelmente as melhores decisões financeiras, no entanto, verifica-se que a grande maioria das pessoas não sabem como recorrer ao crédito, poupar ou investir. As categorias socioeconómicas mais associadas a níveis mais baixos de literacia financeira são os mais jovens e os mais velhos, o sexo feminino, os mais pobres, os consumidores de níveis mais baixos de escolaridade, os imigrantes, os desempregados ou aqueles que têm falta de experiência profissional, tornando estes nos grupos mais propensos a tomar decisões financeiras erradas.

O Plano Nacional de Formação Financeira surgiu em 2011, para adotar uma estratégia nacional de formação financeira e para congregar todos os atores sociais que estão comprometidos em responder ao desafio de formar as pessoas no domínio financeiro. As linhas de orientação do Plano Nacional para o quinquénio 2016-2020 definem como prioridade desenvolver ações junto de grupos vulneráveis, tais como desempregados, imigrantes, reformados com pouco rendimentos, jovens sem escolaridade obrigatória e pessoas com necessidades especiais. Deste modo, torna-se necessário o reforço do estabelecimento de parcerias para trabalhar com estes grupos em áreas temáticas como o acesso a produtos financeiros, serviços mínimos bancários, gestão do orçamento familiar, poupança e prevenção do sobre-endividamento e da fraude.

O projeto de formação financeira junto dos alunos dos cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA) da Escola Secundária Adelaide Cabette, em Odivelas, trata-se de um projeto de investigação-ação que leva o seu promotor a contribuir para a melhoria da literacia financeira de grupos vulneráveis através de ações de formação financeira. A forma de avaliar a eficácia da formação financeira não é consensual e este projeto tem o

objetivo de contribuir para a definição da metodologia mais adequada para avaliar a melhoria dos alunos em termos de conhecimentos, atitudes e comportamento no âmbito da literacia financeira.

Os cursos EFA têm como principal objetivo oferecer educação e formação, que permita obter um nível de escolaridade potenciador de um crescimento pessoal e profissional, a adultos pouco qualificados e com baixa escolarização. Este projeto contou com a participação de 103 alunos de diversos percursos de certificação escolar dos cursos EFA.

A metodologia utilizada neste projeto de investigação-ação coloca o investigador num papel ativo na promoção da mudança pretendida, em estreita colaboração com os professores e outros agentes escolares foram definidas várias fases. A primeira fase refere-se ao diagnóstico de necessidades de formação financeira que foi levado a cabo através da realização de entrevistas semiestruturadas aos professores e da realização de um inquérito por questionário aos alunos. A partir deste diagnóstico foram definidos os seguintes objetivos da intervenção na segunda fase: diagnosticar as necessidades de formação financeira dos alunos envolvidos, planejar e executar uma ação de formação financeira ajustada às necessidades de formação apresentadas, avaliar o impacto da ação de formação junto dos participantes através da medição das alterações ao nível dos conhecimentos, atitudes e comportamentos, comparar os resultados deste projeto com os obtidos no Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa 2015 elaborado no âmbito do PNFF e contribuir para o desenho e implementação de outros projetos de literacia financeira junto de populações adultas vulneráveis. A terceira fase apresenta a estratégia para atingir os objetivos definidos e o planeamento da intervenção. A quarta fase é a implementação da intervenção através da realização de ações de formação em contexto de sala de aula. Por fim, a quinta fase avalia os resultados do projeto através da realização de um questionário de satisfação no final da ação de formação, e um mês depois, através de um inquérito por questionário de acompanhamento, de forma a verificar as alterações no conhecimento, nas atitudes e no comportamento dos alunos relativamente ao momento da realização do diagnóstico.

Os alunos envolvidos no projeto têm entre 18 e 71 anos. Cerca de 70% é população ativa, contudo, uma grande fatia da população encontra-se desempregada. A maioria dos alunos que exercem uma profissão são trabalhadores por conta de outrem e apresentam um nível de escolaridade e de rendimentos baixos. O nível de exclusão financeira é elevado bastante acima dos valores verificados no inquérito à população portuguesa de 2015

levado a cabo pelo PNFF, sendo mais acentuado entre os que têm menor escolaridade e menor rendimento. Esta população tem poucos hábitos de poupança apresentando-se como principal razão o facto de o dinheiro não chegar para as despesas e consequentemente existem dificuldades em fazer face a despesas inesperadas.

Os resultados do inquérito de acompanhamento apresentam melhorias dos alunos de forma global após a intervenção.

Para analisar a evolução dos resultados de forma agregada foi construído um índice de literacia financeira tendo como base os resultados das respostas dos alunos a 8 questões que inclui perguntas sobre numeracia, produtos financeiros e compreensão financeira. O índice de literacia financeira aumentou após a intervenção, uma vez que, o índice construído com base no questionário de acompanhamento mostra que os alunos em média responderam corretamente a 4,51 questões das 8 consideradas, face a 3,73 questões acertadas a partir dos resultados de diagnóstico.

A grande limitação deste estudo surge da inexistência de um processo de avaliação de longo prazo que permita garantir que a alteração do comportamento dos alunos perdura ao longo do tempo.

O efeito que o crescente aparecimento de produtos financeiros oferecidos através de canais digitais tem na inclusão financeira dos grupos vulneráveis deverá ser debatido num futuro próximo.

Este projeto poderá contribuir para o desenho e implementação de outros projetos de literacia financeira junto de populações adultas vulneráveis mesmo em contextos diferentes do ambiente escolar.



## Introdução

O reconhecimento da importância da literacia financeira, nos últimos anos, pelas organizações nacionais e internacionais e pelos investigadores revela-se na quantidade de estudos científicos publicados e de programas de formação financeira que os países ultimamente, têm desenvolvido neste domínio. Na base da aposta crescente em matéria de formação financeira estão a omnipresença do sistema bancário e a complexidade dos novos produtos financeiros disponíveis em canais digitais que trazem novos desafios ao mercado.

O Capítulo I deste trabalho refere-se à importância das competências em literacia financeira para que os indivíduos possam tomar as melhores decisões e atingir o bem-estar financeiro. Nesta parte introdutória, apresenta-se um breve enquadramento teórico do tema, revisitando os fatores socioeconómicos determinantes na literacia financeira, os programas de educação financeira existentes e a medição da sua eficácia.

A constatação dos baixos níveis de literacia financeira das pessoas em geral, e as dificuldades no recurso ao crédito, na realização de poupança e de investimentos, reforça a necessidade de agir junto destas. Para dar resposta a esta necessidade, surgiu em 2011, o Plano Nacional de Formação Financeira (Plano Nacional), criado pelo conjunto dos supervisores financeiros em Portugal, que define a estratégia nacional para a formação financeira, de acordo com as orientações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

O Plano Nacional esboçou um programa que deve começar em idade escolar, para que as pessoas, desde cedo, aprendam competências financeiras fundamentais (CNSF, 2016). Para o quinquénio 2016-2020, as linhas de orientação do Plano Nacional estabelecem também a necessidade de estruturar um trabalho aprofundado junto dos desempregados, imigrantes, reformados com baixos rendimentos, jovens que não completaram a escolaridade mínima obrigatória e pessoas com necessidades educativas especiais.

O Capítulo II mostra como este projeto pretende ser um contributo para a formação em literacia financeira realizada em Portugal através de um estudo detalhado, desde a conceção até à implementação e avaliação de uma ação de formação em literacia financeira junto de indivíduos em situação económica particularmente difícil, como é o caso dos alunos a frequentar os cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA)

da Escola Secundária Adelaide Cabette, no concelho de Odivelas. Trata-se de um projeto de intervenção com uma metodologia de investigação-ação na qual o investigador-formador tem um papel ativo, quer no diagnóstico, quer na intervenção visando a melhoria dos conhecimentos e das competências dos alunos no domínio financeiro. As motivações para a realização deste projeto centram-se na oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de metodologias para avaliar a evolução dos conhecimentos, atitudes e comportamentos dos formandos no âmbito da literacia financeira. Em simultâneo, contribuir para o desenho e implementação de novos projetos de intervenção junto de populações adultas vulneráveis em situação económica muito difícil.

Na metodologia são apresentadas as fases preponderantes na construção do projeto de intervenção: a primeira fase, que executa o diagnóstico da literacia financeira dos alunos através de entrevistas semiestruturadas aos agentes escolares e de um inquérito por questionário aos formandos designadamente, as boas práticas no planeamento e avaliação de programas de formação financeira; a segunda fase relativa ao planeamento e estratégia do projeto de intervenção, tendo em conta os resultados obtidos no diagnóstico e a revisão bibliográfica; a terceira fase relativa à implementação da ação de formação; e por último, a quarta fase que planeia a avaliação dos resultados da ação de formação.

O Capítulo III debruça-se sobre os resultados alcançados com este projeto de intervenção designadamente, os decorrentes dos inquéritos por questionário de diagnóstico e por questionário de acompanhamento. O primeiro inquérito caracteriza a população em estudo no que concerne à literacia financeira e o segundo inquérito permite conhecer a evolução da literacia financeira da população estudada, após a realização da ação de formação.

No final, enunciam-se as principais conclusões e um conjunto de recomendações tendo em vista futuros projetos de investigação.

## Capítulo I – Enquadramento teórico

### 1. O conceito de literacia financeira

Para definir o conceito de literacia financeira percorremos vários autores na revisão da literatura sobre o tema.

Em Portugal, o CNSF referiu em 2011, que a literacia financeira se traduz na capacidade de leitura, análise e gestão dos diferentes problemas financeiros que surgem no dia-a-dia, na compreensão do papel dos vários agentes que constituem o mercado, na competência para aplicar o conhecimento financeiro e na capacidade de selecionar e utilizar produtos financeiros, de forma a melhor satisfazer os objetivos de curto e longo prazo.

A literacia financeira pode também definir-se pela capacidade de as pessoas tomarem decisões corretas e informadas relativamente ao orçamento financeiro, poupança, endividamento e pensões de reforma. A título exemplificativo, um indivíduo bem informado irá despende menos dinheiro do que o valor líquido do seu salário em tempos de recuperação de rendimentos, de forma a existir uma poupança em época de crise financeira na qual o seu rendimento é menor (Lusardi *et al.*, 2014).

Buckland (2010) afirma que a literacia financeira está intimamente relacionada com a utilização dos conceitos de conhecimento, competência e atitude relativamente à gestão financeira diária com o objetivo de atingir o bem-estar financeiro a longo prazo. Conhecimento é fundamental para identificar e interpretar todas as situações que podem afetar a condição financeira pessoal. Competência refere-se às capacidades de planear e gerir orçamentos e de simultaneamente, comparar produtos. A atitude sugere a mudança com vista a adotar as melhores práticas financeiras, uma vez que, conhecimento por si só não é garantia de melhores decisões financeiras.

O conhecimento dos conceitos financeiros e da sua interpretação são um bom ponto de partida, mas será necessário ir mais longe. A literacia financeira serve não só para promover decisões financeiras racionais e satisfatórias, mas também poderá ter impactos positivos na economia, porque promove a participação na vida económica e na sociedade em geral (Lusardi, 2015).

O conhecimento financeiro pode-se traduzir em hábitos e comportamentos financeiros relativos à gestão de fluxos financeiros, crédito, poupança e investimento. As pessoas que têm maiores níveis de literacia financeira tomam desejavelmente as melhores decisões

financeiras (Hilgert *et al.*, 2003). Essas mudanças de comportamento podem ser empiricamente observadas na forma como as pessoas gerem o dinheiro disponível, utilizam o recurso ao crédito, escolhem os diversos produtos financeiros, naquilo que têm em consideração quando compram algo, se pagam dentro dos prazos previstos e cumprem com o pagamento dos impostos devidos, se têm hábitos de poupança (Atkinson *et al.*, 2012).

### 1.1. O contexto económico mundial

A crise financeira internacional, que teve início em 2008, colocou a literacia financeira num patamar de importância relevante junto dos decisores políticos.

Em tempos de crise económica e financeira, os cidadãos são chamados a suportar os custos inerentes e para isso precisam de ter as ferramentas necessárias para a enfrentar. Bons níveis de literacia financeira podem ajudar os indivíduos a vencer ciclos económicos negativos e inesperados, e a fazer face às consequências na redução do seu rendimento e na perda do poder de compra.

A importância da literacia financeira surgiu do crescente aumento da complexidade dos produtos financeiros (Hilgert *et al.*, 2003) e da proliferação de comissões, taxas de juro, maturidades e condições de acesso bastante diversificadas. Também existiu um aumento exponencial na oferta de produtos e de serviços financeiros com o desenvolvimento dos meios de comunicação e das novas tecnologias, passando a existir cada vez mais produtos no mundo digital (OCDE, 2005; Lusardi *et al.*, 2014; Lusardi, 2015). O acesso aos novos e mais complexos produtos financeiros massificou-se e os pequenos investidores começaram a ter dificuldade em dominar os mercados financeiros, devido à falta de informação ou de conhecimento (Lusardi *et al.*, 2014).

Após a experiência vivida pela crise, os cidadãos têm cada vez mais a responsabilidade de estarem bem informados e de terem capacidade para a gestão autónoma das finanças pessoais (Chen *et al.*, 1998; Van Rooij *et al.*, 2012). No entanto, constata-se que a maioria das famílias não sabem como fazer para pedir dinheiro emprestado, poupar e investir (Lusardi *et al.*, 2014; Hilgert *et al.*, 2003) e que a maioria das pessoas tem níveis baixos de literacia financeira (Volpe *et al.*, 2006; Mandell *et al.*, 2007).

A hipótese de que uma boa aquisição de informação financeira pode ser encarada como um investimento que, no futuro, poderá trazer benefícios financeiros, parece ser

sustentada pelos investigadores (Meier *et al.*, 2013). Tudo leva a crer que promover a literacia financeira é uma boa almofada para a estabilidade de mercado (Klapper *et al.*, 2013).

Uma das questões que se coloca é saber se a educação financeira pode substituir a regulação e supervisão dos mercados financeiros na proteção dos indivíduos com menos literacia financeira. A resposta é negativa porque a educação financeira e a regulação do mercado financeiro são atividades complementares em que cada qual tem a sua função específica (Lusardi *et al.*, 2014).

## 1.2. A literacia financeira e o meio envolvente

Comparando os estudos realizados em países desenvolvidos e em países em vias de desenvolvimento, conclui-se que independentemente da população ou do país em estudo, se verificam baixos níveis de literacia financeira (Lusardi *et al.*, 2014; OCDE, 2005; Atkinson *et al.*, 2012).

Tudo aponta para que exista uma relação direta entre o que os indivíduos conhecem e a experiência histórica do país onde vivem, por exemplo, aqueles que vivem em países com uma constante inflação dificilmente conhecem a realidade dos que vivem a deflação (Lusardi *et al.*, 2014).

Atualmente o baixo nível de literacia das populações torna-se uma grande preocupação para muitos governos, estando o foco da abordagem de formação voltado para os mais jovens. O fraco conhecimento sobre estas matérias trará consequências negativas ao longo da sua vida futura e cada vez mais cedo enfrentarão a tomada de decisões financeiras (Lusardi, 2015). As disparidades ao nível do conhecimento financeiro, na faixa etária juvenil, vão aumentar as desigualdades económicas quando estes tomarem decisões financeiras na idade adulta (Lusardi e Mitchel, 2014).

Ao contrário desta última afirmação, os indivíduos com altos níveis de literacia poderão utilizar de forma mais eficiente os produtos financeiros, participar ativamente nos mercados de valores mobiliários (Van Rooij *et al.*, 2011), fazer uma maior poupança e criar uma maior competitividade do setor bancário, uma vez que, as instituições financeiras são forçadas a desenvolver produtos inovadores e de qualidade superior.

Corroborando as afirmações dos dois últimos parágrafos, a ausência de bom esclarecimento aquando da tomada de decisões financeiras, provoca consequências nefastas (OCDE, 2009).

A propensão dos indivíduos para o planeamento está positivamente relacionada com o conhecimento financeiro, tornando as pessoas mais confiantes nas tarefas de adquirir mais informação, calcular valores relativos aos produtos financeiros e desta forma, executar um plano relativo ao orçamento familiar. Para além disso, as pessoas com maior conhecimento estão mais despertas para o investimento no mercado de capitais e em planos de poupança reforma (Van Rooij *et al.*, 2012).

### 1.3. A literacia financeira e fatores socioeconómicos

A par da definição de literacia financeira, importa também realçar os vários fatores socioeconómicos que são apresentados pela literatura como determinantes fundamentais do nível de literacia financeira.

Vários autores já elaboraram estudos conclusivos relativamente a estes fatores, em países desenvolvidos como os EUA, a Alemanha, a Inglaterra e outros países europeus. Segundo esses investigadores, as faixas etárias que denotam mais insuficiência de literacia financeira são os jovens e os mais velhos (Lusardi *et al.*, 2010; Lusardi *et al.*, 2014; Smyczek *et al.*, 2015). Os estudantes revelam falta de conhecimento financeiro mesmo quando participam em cursos de formação, sendo que, a falta de motivação relativamente a esta temática surge como possível explicação para os resultados negativos dos estudantes (Mandell *et al.*, 2007). Na literatura, os artigos científicos indicam que os estudantes universitários necessitam de melhorar o seu conhecimento financeiro, de forma a mitigar a maioria dos erros que vão fazer no mundo real do dia-a-dia (Chen *et al.*, 1998).

Em termos de género, as mulheres apresentam menores níveis de literacia do que os homens. Estas diferenças verificam-se comparativamente ao nível dos cálculos financeiros, conceito de inflação e diversificação de risco (Lusardi *et al.*, 2010; Lusardi *et al.*, 2014; Chen *et al.*, 1998; Smyczek *et al.*, 2015).

As pessoas que são mais pobres, que têm um nível de escolaridade baixo e que têm níveis de literacia baixos, são mais propensas a tomar decisões financeiras erradas. Entre outros aspetos, pode-se destacar a não participação nos mercados de ativos de risco, a ausência

de diversificação da carteira de risco e falhas na negociação de empréstimos à habitação no momento da queda da taxa de juro (Campbell, 2006).

Em suma, e por outras palavras, as pessoas com baixa escolaridade e com baixos rendimentos têm menos conhecimento sobre conceitos financeiros básicos (Lusardi *et al.*, 2014; Smyczek *et al.*, 2015; Van Rooij *et al.*, 2012).

Outros fatores, como a falta de experiência profissional também se pode tornar num indicador da existência de um baixo nível de literacia financeira (Chen *et al.*, 1998; Smyczek *et al.*, 2015). Lusardi *et al.* (2014) afirma que os imigrantes são uma população vulnerável e enquanto não se conseguem integrar na sociedade vivem situações de emprego precário e de alguma segregação social.

Para além dos fatores rendimento, idade, género, educação e situação laboral (Atkinson *et al.*, 2012), também existem evidências de que a paciência, a tolerância ao risco e a composição familiar podem determinar o nível de literacia financeira (Van Rooij *et al.* 2012).

Gromann *et al.* (2015) alerta para a influência que as experiências vividas na infância, no seio da família ou na escola, exercem na literacia financeira. O investigador identifica que a escolarização dos pais e a qualidade do ensino estão diretamente relacionados com o comportamento financeiro dos indivíduos, uma vez que, as vivências da infância têm impacto na vida adulta.

#### 1.4. Medição do índice de literacia financeira

Para fazer face aos problemas financeiros dos indivíduos e das famílias foram criados programas de educação financeira. Estes programas têm como objetivo melhorar os índices de literacia financeira, sendo necessário para isso, criar instrumentos que permitam medir a sua eficácia em termos de conhecimento adquirido e capacidade para fazer escolhas com implicações financeiras (Huston, 2010). Torna-se importante monitorizar e avaliar os programas para identificar melhorias e verificar se o uso de recursos é adequado aos objetivos pretendidos (INFE, 2012).

Na literacia, não existe para já um consenso alargado quanto à melhor forma de medir a literacia financeira pelo que se torna um campo de investigação que urge ser desenvolvido (Huston, 2010; Lusardi *et al.*, 2014).

Uma das formas tradicionais de medição do nível de literacia financeira é um teste objetivo baseado em respostas corretas e erradas, que pode ser complementada por aquilo que as pessoas julgam saber através de uma autoavaliação de literacia financeira, sendo que a sua combinação reflete com maior eficácia a influência da literacia financeira no comportamento (Allgood *et al.*, 2016). Estas formas de medição, simultaneamente objetivas e subjetivas, podem conduzir a situações em que os níveis de literacia financeira se apresentem baixos porque os participantes, pelo excesso de confiança, classificam o seu conhecimento acima do valor real ou respondem incorretamente às questões do teste em vez de responderem que não sabem (Lusardi *et al.*, 2014; Atkinson *et al.*, 2012). Por isso mesmo, é importante que as questões colocadas nos testes respeitem alguns princípios fundamentais. Devem ser simples e intemporais, relevantes quanto ao conhecimento necessário para as decisões financeiras do dia-a-dia das pessoas, breves, e por último, permitir a comparação entre resultados provenientes de populações diferentes (Lusardi *et al.*, 2014).

Para se medir o efeito da literacia financeira junto das pessoas que participam em programas de formação é muitas vezes, recomendado que sejam analisadas as diferenças entre um grupo que participa ativamente na ação de formação e um “grupo de controlo” que se mantém à margem da formação financeira (Lusardi *et al.*, 2014; INFE, 2012).

A literacia financeira influencia o comportamento dos consumidores (Allgood *et al.*, 2016). O desafio dos testes é conseguir estabelecer uma relação entre a literacia financeira e o comportamento económico. Torna-se necessário medir conceitos financeiros básicos, usando um conjunto de questões-padrão para mostrar o nível de literacia da população e se possível, dar ferramentas que permitam aos indivíduos alterarem o grau de conhecimento, atitude e comportamento.

O impacto da literacia financeira no comportamento das pessoas torna-se evidente e a resposta surge pelos benefícios potenciais que a educação financeira pode proporcionar em contraste com os grandes custos que poderão advir de uma ignorância financeira (Van Rooij *et al.*, 2012). Existe uma relação positiva entre o aumento de conhecimento financeiro e a melhoria das atitudes e comportamentos (Atkinson *et al.*, 2012). Portanto, os indivíduos com menor literacia financeira recorrem mais ao aconselhamento de amigos e familiares para tomar as decisões financeiras do dia-a-dia (Lusardi *et al.*, 2007; Lusardi *et al.*, 2010; Van Rooij *et al.*, 2011).

### 1.5. A literacia financeira e o ensino

A educação financeira é o processo que permite às pessoas melhorar a compreensão dos conceitos e produtos financeiros, através do desenvolvimento de competências e da confiança para estarem mais despertas relativamente às oportunidades e riscos do mercado financeiro, levando à tomada de decisões mais bem informadas e ao aumento do bem-estar financeiro (OCDE, 2005).

Com base na realidade dos EUA, Chen *et al.* (1998) afirmam que existem evidências da ausência de programas de educação financeira nos sistemas de ensino, e segundo Mandell (2009), quando estes existem, denota-se a falta de eficácia dos programas lecionados nas escolas. A educação financeira deve ser proporcionada nas escolas e complementarmente noutras áreas da sociedade (Volpe *et al.*, 2006), sendo necessário o envolvimento de outros agentes sociais, nomeadamente: empregadores, associações, entidades governamentais e as famílias (Campenhout, 2015).

Segundo Bernheim *et al.* (2001), a educação é uma ferramenta fundamental para potenciar o desenvolvimento e o crescimento económico de um povo, e a educação financeira é o instrumento que deve ser usado para aumentar os índices de poupança e a acumulação de riqueza das pessoas, simulando aspetos do quotidiano. Atendendo à importância da educação financeira será vital avaliar com eficiência os programas de formação financeira desenvolvidos (OCDE, 2005). Para isso, é necessário ter em conta os objetivos, dimensão e duração do programa, a realidade do meio envolvente dos participantes e a metodologia adotada pelos formadores. Como prioridade, também é importante avaliar as mudanças empiricamente observáveis no conhecimento, competências, atitudes e comportamentos (INFE, 2012). Os programas, em geral, têm influência positiva na literacia financeira e no comportamento das pessoas, mas por outro lado, existe um grande desconhecimento sobre qual é a melhor forma de ensinar. A ferramenta de avaliação deve ser flexível por forma a ser adequada a cada programa específico e, ao mesmo tempo, permitir a comparação entre os diversos programas existentes (OCDE, 2013).

Segunda a OCDE (2013), os grandes desafios que se colocam à avaliação de programas de formação são:

- a falta de estrutura teórica no que diz respeito à ausência de coerência entre o conteúdo do programa e as necessidades dos participantes;

- a aleatoriedade na seleção dos participantes que pode levar à sua falta de motivação e interesse, originando a não resposta de alguns dos participantes em inquéritos posteriores de acompanhamento;
- a dificuldade em medir o impacto do programa através de questionários, uma vez que, pela confidencialidade dos dados, não será possível confirmar a informação prestada pelo participante;
- a dificuldade em controlar todos os outros fatores que podem mudar o comportamento;
- dificuldade em comparar os estudos sobre os programas, uma vez que são usados diferentes métodos e não existe consenso sobre qual o melhor.

Centrando novamente a nossa atenção nos mais jovens, principal preocupação dos governos, vimos anteriormente que os jovens tendem a apresentar baixos níveis de literacia financeira, e muitas vezes, já não se encontram em contexto escolar, seja por motivos de abandono escolar, seja pelo ingresso no mercado de trabalho ou por não estudarem nem trabalharem. É por isso fundamental criar iniciativas e ações de formação que possam vir a colmatar esta lacuna, tal como neste projeto de intervenção, onde se pretende planear e executar ações de formação junto destes indivíduos. Como a realidade social é muito diversa não é possível definir um único tipo de programa de formação financeira adequado a todas as situações, isto é, os programas devem ser ajustados à realidade dos participantes, para produzir resultados (Lusardi *et al.*, 2010). Para isso, será necessário identificar os tópicos mais importantes da educação financeira: o nível de conhecimento e os conceitos financeiros básicos (Volpe *et al.*, 2006). Aprender os conceitos de finanças pessoais pode ser um motor motivacional para o aumento do conhecimento financeiro (Lusardi *et al.*, 2014). A formação financeira destina-se a diferentes grupos de cidadãos e a segmentação criada deve-se aos diferentes interesses e circunstâncias socioeconómicas dos destinatários dos programas (Forté, 2012). Os indivíduos com menos recursos por vezes, são excluídos deste tipo de abordagens pedagógicas (Robles, 2014).

Na formação financeira com pessoas de baixos rendimentos é fundamental conhecer o *habitat* e as condições em que vivem e trabalham. Provavelmente estes indivíduos estarão pouco interessados em aprender mais sobre o mercado de capitais, ao invés, estarão interessados em fazer descobertas sobre programas de solidariedade social e de apoio

económico e sobre conceitos financeiros básicos que ajudem a melhorar a sua situação mais frágil (Buckland, 2010).

Um dos grandes desafios para os decisores políticos e agentes educativos é conseguir motivar as pessoas a participarem em ações de formação financeira (Hilgert *et al.*, 2003). Recomenda-se por isso, que os programas de educação financeira sejam planeados convenientemente para que os participantes percebam a importância da literacia financeira nas suas vidas e no seu futuro. É também desejável os professores recorram a metodologias dinâmicas que permitam prender a atenção do aluno e a sua motivação para aprender (Mandell *et al.*, 2007). Por exemplo, criar interação entre os participantes na sessão, ou entre colegas no local de trabalho ou na comunidade, porque o contexto de proximidade favorece a aprendizagem e o interesse dos participantes (Lusardi *et al.*, 2014).

Em suma, no processo educativo deverá haver uma combinação equilibrada de informação, desenvolvimento de competências e de atitude motivacional para a mudança de comportamento. Esta deve ser a matriz de pensamento na construção de políticas de educação financeira: estratégia educacional de incentivo à mudança de comportamento nas práticas financeiras (Hilgert *et al.*, 2003).

O sistema educativo poderá não dar todas as respostas ao nível da educação financeira e os pais, muitas vezes, com baixa literacia financeira, não podem refletir sobre a gestão familiar do dinheiro com os filhos. Assim, Jorgensen e Savla (2010) afirmam que será imprescindível alargar à família as ações de formação levadas a cabo junto dos jovens, principalmente em contextos de dificuldades económicas. Um outro estudo, diz igualmente que os pais são um veículo de transmissão de conhecimento financeiro para os filhos, sendo fundamental o seu envolvimento nos programas de educação financeira, aumentando a eficácia dos mesmos (Lusardi *et al.*, 2010; Campenhout, 2015). O envolvimento parental nos programas de formação deve ser potenciado pelos professores, criando interações, sinergias e relações de proximidade com as famílias dos participantes (Campenhout, 2015).

Os programas de formação financeira, em meios com menores recursos económicos, devem ser oferecidos como uma atividade familiar de forma a criar laços e um clima de maior confiança. Compreender os produtos e os serviços financeiros é considerado muito

importante para todo o agregado familiar, no desempenho do papel de consumidor final (Robles, 2014).

## 2. O Plano Nacional de Formação Financeira

Em resultado da crescente preocupação em promover a literacia financeira surgiu em Portugal no ano de 2011, o Plano Nacional de Formação Financeira (Plano Nacional), criado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) – constituído pelos três reguladores do setor financeiro: Banco de Portugal (BdP), Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) –, e que visa ser um instrumento que enquadra e congrega o diverso trabalho realizado, em Portugal, em matéria de formação financeira (CNSF, 2011).

No âmbito do Plano Nacional são estabelecidas parcerias com ministérios, organismos públicos, associações de consumidores, centrais sindicais e universidades, permitindo atingir públicos-alvo diferentes com estratégias adequadas às suas necessidades.

O Plano Nacional definiu os seguintes objetivos (CNSF, 2011):

- melhorar conhecimentos e atitudes financeiras;
- apoiar a inclusão financeira;
- desenvolver hábitos de poupança;
- promover o recurso responsável ao crédito;
- criar hábitos de precaução face a situações fraudulentas ou de risco.

O Plano Nacional realizou um inquérito à literacia financeira da população portuguesa, em 2010, para proceder ao diagnóstico do grau de literacia financeira dos portugueses e dessa forma, identificar os grupos e os temas financeiros com lacunas mais significativas (CNSF, 2011).

Entre 2011 e 2015, o Plano Nacional desenvolveu um conjunto de iniciativas, em áreas estratégicas como a educação financeira nas escolas, a formação para empreendedores e gestores, a formação financeira através de meios digitais e outras iniciativas de sensibilização da população. Durante esse período foi estabelecida uma estratégia digital para divulgação e implementação dessas iniciativas, nomeadamente através da criação em 2012, do portal Todos Contam ([www.todoscontam.pt](http://www.todoscontam.pt)), com conteúdos e ferramentas dirigidos aos públicos-alvo do Plano Nacional, e do lançamento em 2015, da plataforma de *e-learning* (<http://elearning.todoscontam.pt>), com material de apoio aos professores e formadores (CNSF, 2016a).

O Plano Nacional realizou um segundo inquérito à literacia financeira da população portuguesa em 2015, cinco anos após o primeiro, de forma a identificar os níveis e as insuficiências da literacia financeira em 2015, como também, avaliar a evolução registada desde 2010 e a eficácia das ações levadas a cabo durante esse período (CNSF, 2016). Após essa análise, surgiram as linhas de orientação do Plano Nacional para o período entre 2016 e 2020, que reforçam a atualidade dos objetivos inicialmente definidos e acrescentam outras premissas pela evolução tecnológica e pela experiência dos primeiros 5 anos, designadamente: aprofundar conhecimentos e capacidades na utilização dos serviços financeiros digitais e reforçar conhecimentos na área empresarial (CNSF, 2016a).

O Plano Nacional definiu a divisão da população por vários segmentos de forma a estabelecer iniciativas adequadas às necessidades específicas dos públicos-alvo. Deste modo, foram definidos os seguintes grupos da população como destinatários prioritários do Plano Nacional (CNSF, 2016a):

- crianças da educação pré-escolar e estudantes do ensino básico e secundário;
- estudantes universitários;
- trabalhadores;
- grupos vulneráveis;
- população em geral;
- empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas.

Destes grupos populacionais, destacam-se os grupos vulneráveis, tais como desempregados, imigrantes, reformados com baixos níveis de rendimento, jovens sem a escolaridade obrigatória e as pessoas com necessidades especiais. Torna-se prioritário e necessário o reforço das parcerias para trabalhar com atividades específicas junto destes grupos, em áreas temáticas como o acesso a produtos financeiros, serviços mínimos bancários, gestão do orçamento familiar, poupança e prevenção do sobre-endividamento e da fraude (CNSF, 2016).

## Capítulo II – Estudo de caso com adultos de baixa escolaridade

### 1. Definição do problema

Nos últimos anos verificou-se em Portugal, em contexto de crise internacional, um período de recessão económica que levou o Estado Português a ser intervencionado por autoridades externas. Neste contexto adverso, o rendimento da maioria da população diminuiu, os impostos aumentaram e o desemprego cresceu. O impacto desta realidade tornou-se ainda mais dramática para os segmentos mais vulneráveis da população uma vez que estes dispõem de menos recursos para fazer face a situações de emergência.

Neste contexto, a literacia financeira foi entendida pelas autoridades nacionais e internacionais como uma importante ferramenta para a adequada gestão do rendimento familiar, e como instrumento impulsionador de um comportamento mais esclarecido e racional na subscrição de produtos financeiros, que se apresentam cada vez mais complexos no mercado.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2005) tem alertado para a importância de serem criados diferentes programas de formação financeira adaptados ao contexto específico dos indivíduos, dando especial atenção aos adultos com baixa escolaridade e/ou condições socioeconómicas desfavoráveis. Quando verificados estes pressupostos, verificam-se igualmente níveis de literacia baixos e de maior exclusão no acesso ao setor bancário.

Na mesma linha, também o “2.º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2015” refere que os grupos populacionais com maiores necessidades de formação financeira são os jovens estudantes, os idosos e reformados, as mulheres e os adultos com níveis de educação e rendimentos mais baixos. As linhas de orientação do Plano Nacional, para o quinquénio 2016-20, estabelecem a necessidade de estruturar um programa junto dos desempregados, imigrantes, reformados com baixos rendimentos, jovens sem a escolaridade obrigatória concluída e pessoas com necessidades educativas especiais (CNSF, 2016).

O projeto que aqui se apresenta pretende ser uma ferramenta de trabalho, em simbiose com os objetivos do Plano Nacional elencados anteriormente, através do desenho e da implementação de uma ação de formação financeira e do estudo do seu impacto junto de adultos com baixa escolaridade em situação económica difícil. Não são ainda conhecidos

instrumentos de trabalho significativos com este grupo específico de indivíduos, uma das lacunas já identificadas pelo Plano Nacional. Nesse sentido, este trabalho pretende ser um contributo para o desenvolvimento de ações junto das pessoas que têm mais necessidade de formação neste domínio.

### 1.1. Os adultos em aprendizagem na Escola

Para a realização deste trabalho foi necessário selecionar um contexto que permitisse desenvolver um projeto de intervenção junto de adultos considerados vulneráveis no que diz respeito à literacia financeira. Ou seja, pretendia-se desenvolver um estudo de caso, no âmbito do qual fosse possível implementar as diferentes fases de um trabalho de projeto.

No sentido de escolher o parceiro institucional foram encetados contactos com diversos organismos públicos, desde escolas a associações de cariz social e comunidades religiosas, inseridos em bairros problemáticos. No final, a escolha recaiu sobre a Escola Secundária Adelaide Cabette no concelho de Odivelas, a qual é frequentada não apenas por jovens em idade escolar, mas também por adultos que não concluíram a escolaridade obrigatória ou que necessitam de frequentar ações de formação.

A população residente no município de Odivelas caracteriza-se por uma acentuada diversidade cultural e religiosa. Vejam-se alguns dados estatísticos que comprovam esta afirmação. Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2015, os estrangeiros residentes no concelho eram oriundos de 103 nacionalidades diferentes. Os Censos de 2011 evidenciam uma baixa escolarização da população do concelho, em que 40% possui o 1.º ciclo de ensino ou menos (Câmara Municipal de Odivelas, 2013).

Em estreita colaboração com o Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania (GSI) da Câmara Municipal de Odivelas (CMO) foi então definido como público-alvo do projeto todos os alunos dos cursos de Educação e Formação de Adultos (cursos EFA) da Escola Secundária Adelaide Cabette, em Odivelas, por reunirem as características traçadas pelo Plano Nacional como destinatário prioritário de iniciativas em matéria de formação financeira.

### 1.2. Os cursos EFA

Os cursos EFA têm como principal objetivo oferecer educação e formação de adultos, que permita a todos aqueles que não tiveram a oportunidade de fazer um percurso escolar

em devido tempo, obterem um nível de escolaridade potenciador de um crescimento pessoal e profissional (Ávila, 2004, 2008; ANQ, 2010).

Os destinatários destes cursos são adultos pouco qualificados e com baixa escolarização, normalmente associados a situações de desemprego de longa duração, e a dificuldades de integração no mercado de trabalho. A resposta dada por estes cursos visa aumentar o nível de qualificação e formação, e ao mesmo tempo, promover competências de cidadania e empregabilidade (ANQ, 2008).

A Escola Secundária Adelaide Cabette, como entidade pertencente ao Sistema Nacional de Qualificações, tem cursos EFA na sua oferta letiva. Os alunos, com idade igual ou superior a 18 anos, podem frequentar os cursos em regime pós-laboral. Os cursos EFA regem-se por alguns princípios fundamentais: abertura e flexibilidade na adaptação dos planos curriculares aos perfis dos alunos; pluralidade e diversidade na procura de metodologias diferentes e definição dos percursos formativos, tendo em conta o quadro pessoal, social e profissional dos alunos; integração e contextualização através da utilização de instrumentos que relacionam naturalmente as matérias lecionadas com o quotidiano e a realidade dos alunos (ANQ, 2009).

No âmbito dos cursos EFA, compete à Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P. (ANQEP), em articulação com as estruturas regionais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação, estabelecer e operacionalizar o modelo de acompanhamento e monitorização dos cursos EFA desenvolvido pela rede de entidades promotoras/formadoras e verificar a conformidade dos percursos formativos com os referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações (ANQ, 2009). Nesta lógica, o Catálogo Nacional de Qualificações afirma-se como instrumento fundamental para a organização dos cursos EFA.

Os percursos formativos EFA conferem uma dupla certificação (habilitação escolar e certificação profissional), ou apenas uma certificação escolar ou profissional, de nível básico ou de nível secundário de educação. No caso em apreço, os cursos EFA lecionados na Escola têm apenas a componente escolar.

Os cursos EFA de nível básico têm a seguinte estrutura: aos níveis B1, B2 e B3 equivalem respetivamente os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Percurso Formativo	Habilitações escolares
B1	Inferior ao 1.º ciclo do ensino básico
B2	1.º ciclo do ensino básico
B3	2.º ciclo do ensino básico

Quadro 1.2.1 | Percursos EFA - Nível Básico: habilitações escolares de acesso

Os cursos EFA Secundário tipo A, B ou C têm diferentes percursos de certificação escolar, com diferentes unidades da formação de base, para certificar o nível de ensino (ANQ, 2009).

Percurso Formativo	Habilitações escolares
Secundário – Tipo A	9.º ano
Secundário – Tipo B	10.º ano
Secundário – Tipo C	11.º ano

Quadro 1.2.2 | Percursos EFA – Nível Secundário: habilitações escolares de acesso

Os alunos envolvidos no projeto participam nos vários percursos de certificação escolar de acordo com a distribuição constante da Tabela 1.2.3. O projeto contou assim com a colaboração de 103 alunos distribuídos por 9 turmas do ano letivo 2016/2017.

Cursos	Número de alunos
EFA Básico B1	11
EFA Básico B2	11
EFA Básico B3	30
EFA Secundário Tipo A	44
EFA Secundário Tipo B	7

Quadro 1.2.3 | Distribuição dos alunos inquiridos pelos cursos EFA

## 2. Objetivos da investigação

Para a definição dos objetivos foi tido em conta a revisão bibliográfica, nomeadamente aquela que diz respeito às boas práticas no planeamento e avaliação de programas de formação financeira. A análise da literatura revelou-se útil mas centrada sobre a prática.

Esta secção clarifica as finalidades, os objetivos gerais e específicos, fundamenta as razões de ser do projeto. Em seguida, elencam-se os principais objetivos do projeto de investigação:

- diagnosticar as necessidades de formação financeira dos alunos dos cursos EFA da Escola Secundária Adelaide Cabette;
- planear e executar uma ação de formação ajustada às necessidades de formação apresentadas e adequada à realidade socioeconómica do coletivo;
- avaliar o impacto da ação de formação junto dos participantes através da medição das alterações ao nível dos conhecimentos, atitudes e comportamentos;
- comparar os resultados deste projeto com os obtidos no “Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa 2015” elaborado no âmbito do Plano Nacional;
- contribuir para o desenho e implementação de outros projetos de literacia financeira junto de populações adultas vulneráveis.

## 3. Metodologia

O método de suporte à investigação aqui desenvolvido aproxima-se do processo de investigação-ação que parte do terreno onde se inicia a problematização e que pretende voltar ao terreno para a resolução dos problemas identificados (Guerra, 2000: 74). A metodologia de investigação-ação permitir simultaneamente, a produção de conhecimentos sobre a realidade, a inovação no sentido da singularidade do caso, a produção de mudanças comportamentais e sociais e ainda, a formação de competências dos intervenientes (Guerra, 2000: 52-53).

Este tipo de metodologia de investigação coloca o investigador num papel ativo e colaborativo na promoção da mudança pretendida pelo projeto e na resolução do problema identificado (Guerra, 2000). O desenvolvimento deste projeto permitiu ao seu promotor vivenciar a ação, experimentar um desafio diferente e contatar com pessoas

adultas com características diversificadas. Enquanto investigador, permitiu o desenvolvimento de novas competências, o aprimoramento das técnicas de formação em regime de ensino pós-laboral e o treino em estatística e metodologia de investigação. Deste modo, tornou-se uma experiência com um significado ímpar pelo sentimento gratificante de um pequeno contributo para a formação de outras pessoas na comunidade.

O projeto de intervenção foi lançado com a colaboração do Gabinete de Saúde, Igualdade e Cidadania da CMO e da coordenação dos cursos EFA da Escola, através de um trabalho exploratório para indagar o interesse e a pertinência desta problemática. Para o desenvolvimento do projeto foi necessário envolver todos os intervenientes, desde alunos, professores a outros agentes escolares relevantes, para que houvesse uma participação interativa nas discussões do planeamento da intervenção. Há uma valorização clara dos parceiros na ação. A participação apela a um "compromisso" entre todos os intervenientes do processo e muito especialmente, daqueles de quem é destinatário (Guerra, 2000: 96).

A construção do projeto de intervenção foi bastante complexa. Como afirma Isabel Guerra (2000: 126), um projeto é a expressão de um desejo, de uma vontade e de uma intenção, mas é também a necessidade de uma situação a que se pretende responder. As várias fases de construção do projeto podem apresentar-se de diferentes formas. A fase de arranque do projeto consiste na identificação dos problemas, explorados no ponto 1) deste Capítulo II, sobre os quais se pretende intervir e na reflexão sobre as suas causalidades. A definição de problemas chama-se frequentemente, diagnóstico de necessidades. O diagnóstico de necessidades de formação financeira e do nível de literacia financeira dos indivíduos incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas aos professores, a realização de inquérito por questionário ao grupo-alvo e o apuramento do seu nível de literacia financeira.

A segunda fase pode ser então considerada o desenho do plano da ação. O planeamento da intervenção envolve a formulação da melhor estratégia para atingir os objetivos já definidos. A terceira fase visa a implementação da intervenção através da execução de uma ação de formação em contexto de sala de aula.

Por fim, a quarta fase avalia os resultados do projeto e efetua a publicitação dos mesmos. No caso concreto, os formados respondem a um questionário de satisfação no final da ação de formação, e um mês depois, participam no questionário de acompanhamento ou de *follow up* da sua evolução em matérias de literacia financeira.

As boas práticas dos estudos sobre literacia financeira aconselham ao uso de um grupo de controlo ou de um *benchmark* (OCDE, 2013). No entanto, e no caso em concreto, o coletivo da investigação-ação compõe ele próprio a amostra da pesquisa, não existindo um grupo de controlo neste projeto. Quer isto dizer que, houve a oportunidade de incluir toda a população envolvida no presente estudo. Na avaliação por análise comparada do projeto foram utilizados como *benchmark* os resultados do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2015.

### 3.1. Primeira fase: diagnóstico da literacia financeira dos alunos

O diagnóstico baseou-se numa triangulação metodológica com o recurso à análise documental, entrevistas e questionários. Um bom diagnóstico é fundamental para garantir a eficácia do projeto de intervenção (Guerra, 2000: 131).

#### 3.1.1. Entrevistas semiestruturadas aos agentes escolares

No âmbito da primeira fase do projeto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas aos professores que lecionam cursos EFA, com a finalidade de proceder à caracterização socioeconómica dos alunos e à avaliação das necessidades de formação financeira, com base na perceção destes agentes escolares. Foram igualmente recolhidas informações sobre as experiências de trabalho do corpo docente e de outras iniciativas já concretizadas na Escola em matéria de literacia financeira. Podemos dizer que foram recolhidas informações de carácter quantitativo e qualitativo.

Todas as entrevistas decorreram durante o mês de fevereiro de 2017, no total de três entrevistas individuais com o corpo docente e uma entrevista com a Coordenação dos cursos EFA.

Na preparação das entrevistas foi desenvolvido um guião de apoio (cfr. anexo A) ao entrevistador, sem comprometer a flexibilidade e abertura na condução das mesmas. As entrevistas foram registadas através de gravação áudio e decorreram presencialmente para que existisse empatia entre entrevistador e entrevistado, ampliando a qualidade da informação recolhida.

Entendeu-se que a realização das entrevistas aos professores seria fundamental para conhecer a realidade dos alunos e da Escola. Na análise dos resultados das entrevistas foram seleccionadas informações pertinentes para o sucesso do projeto de intervenção, destacando-se a necessidade de adaptar os conteúdos programáticos e as dinâmicas

aplicadas em sala de aula ao ritmo de aprendizagem dos alunos, bem como empregar uma linguagem simples, clara e objetiva. Houve uma avaliação positiva por parte dos professores relativamente à utilidade dos temas a abordar e à integração da ação de formação no plano curricular dos cursos lecionados. Do resultado das entrevistas também surgiram ideias, sugestões e alertas para o planeamento logístico do projeto no que diz respeito à duração das sessões de formação, datas, instalações e equipamentos a utilizar.

No grupo de participantes, existiam adultos que não dominavam a expressão escrita da língua portuguesa e apresentavam dificuldades na leitura. Esta circunstância foi ultrapassada com o emprego de vocabulário simples, uma exposição oral pausada e a leitura conjunta dos questionários a preencher. As dinâmicas e metodologias aplicadas na ação de formação priorizaram exemplos de situações do dia-a-dia dos alunos por forma a transmitir um sentimento de familiaridade, o que facilitou a compreensão e interpretação dos conceitos-chave.

### 3.1.2. Inquérito por questionário aos alunos

O inquérito por questionários aos alunos (cfr. anexo B) teve como principal objetivo conhecer os níveis de literacia financeira da população em estudo nas três dimensões atrás já mencionadas: conhecimentos, atitudes e comportamentos. Este inquérito serviu ainda como ferramenta decisiva na caracterização dos adultos com baixa escolaridade, e garantiu a comparabilidade dos indicadores antes e após a realização da intervenção, permitindo avaliar o efeito da mesma nos alunos.

Na aplicação do inquérito foi garantida a confidencialidade dos dados recolhidos, nomeadamente a identidade dos inquiridos, tendo sido assegurado aos participantes que os dados seriam utilizados exclusivamente para os fins deste estudo.

O inquérito foi constituído por quatro partes:

- parte A – caracterização socioeconómica dos alunos;
- parte B – planeamento do orçamento familiar e da poupança (atitudes e comportamentos no âmbito da gestão do dinheiro);
- parte C – escolha e gestão de produtos financeiros e relação com o setor bancário;
- parte D – compreensão financeira (realização de cálculos numéricos simples e avaliação do conhecimento financeiro).

Os inquéritos por questionário foram administrados presencialmente pelo entrevistador aos 103 alunos do projeto. Por questões de logística, os inquéritos decorreram em

diferentes sessões distribuídas pelas 9 turmas participantes. Durante a implementação dos questionários, foi possível observar que os adultos têm graus de compreensão muito diferentes consoante o nível de instrução. Nas turmas dos cursos EFA B1 e B2, existiam muitos alunos com dificuldades de interpretação, sendo necessário ler em voz alta, pausadamente e em conjunto, as perguntas do questionário e explicar o significado de palavras ou frases.

De um modo geral, os alunos revelaram dificuldades em interpretar enunciados numéricos e não estavam familiarizados com a terminologia financeira. Alguns adultos mostraram-se receosos com a extensão do questionário e o pequeno tamanho da letra do enunciado. Outros mostraram-se apreensivos por responderem a questões sobre a sua situação pessoal, nomeadamente a condição perante o trabalho e o rendimento bruto mensal do agregado familiar.

### 3.2. Segunda fase: planeamento e estratégia

O planeamento da intervenção teve por base o apuramento de necessidades de formação realizado através das entrevistas semiestruturadas aos professores e do inquérito de diagnóstico aos alunos. O diagnóstico detetou a falta de entendimento de conceitos financeiros, ausência de ferramentas e hábitos de poupança, níveis baixos de inclusão financeira e simultaneamente, níveis de escolaridade e de rendimentos baixos. Este contexto levou à definição das temáticas prioritárias a abordar: orçamento familiar, poupança a curto e longo prazo, serviços mínimos bancários e recurso ao crédito.

Na preparação dos materiais pedagógicos foi realizado um trabalho exploratório junto do Núcleo de Formação e Informação Financeira do Departamento de Supervisão Comportamental do Banco de Portugal para obter conteúdos e sugestões de formadores certificados e informação relativa às iniciativas similares conduzidas pelo Plano Nacional. Como recursos pedagógicos, foram utilizados os vídeos disponibilizados na plataforma de *e-learning*, Portal Todos Contam, que se destina à autoformação das pessoas em geral e à formação de formadores e professores.

Perante esta realidade desafiadora, e considerando o material disponibilizado pelo Plano Nacional, foi preparado o conteúdo da ação de formação, um *power point* para a sessão de formação (cfr. anexo C).

### 3.3. Terceira fase: implementação da ação de formação

A ação de formação decorreu nas instalações da Escola Secundária Adelaide Cabette no mês de abril. Cada turma teve uma sessão presencial de 90 minutos no horário letivo do curso. A calendarização das sessões foi definida pela equipa de coordenação dos cursos EFA em estreita articulação com os professores.

Nas sessões de formação, dinamizadas pelo promotor e investigador deste projeto, foi utilizada uma metodologia predominantemente prática de investigação-ação com recurso a uma apresentação dinâmica, exploração de vídeos e de um exercício de simulação com um caso real. No decurso destas sessões presenciais, foi possível observar que os alunos têm ritmos de aprendizagem e de compreensão muito diferentes.

Os alunos que frequentam o ensino primário revelaram mais dificuldades na compreensão oral, na leitura e na escrita. Houve um empenho acrescido em explicar o significado dos conceitos básicos, como por exemplo, a definição de receita e despesa, ganho ou custo. Assim sendo, foi desenhado um plano de ação diferente para a turma EFA B1. Apesar da baixa escolaridade, aparentam interesse na aprendizagem e mostram facilidade nos cálculos numéricos, muito provavelmente associada à necessidade de fazer contas no quotidiano. Na interação entre os alunos e o formador gerou-se muita empatia e os alunos aproveitaram alguns momentos para contar as suas histórias e experiências de vida.

A metodologia adotada foi iminentemente prática, de forma a adaptar-se ao grupo em formação e às especificidades de cada formando. Houve uma adaptação da sessão de formação ao conhecimento dos formandos para que estes apre(e)ndam, fazendo. Como forma de transmitir e sedimentar conhecimentos, o formador disponibilizou os slides do PowerPoint através do projetor e uma ficha de trabalho em grupo.

Os módulos previstos foram abordados na íntegra, entre os quais se destaca, a conceptualização dos rendimentos e despesas, a elaboração de um orçamento familiar, a importância de poupar para o futuro, a existência de contas de serviços mínimos bancários e a prudência no recurso ao crédito.

### 3.4. Quarta fase: avaliação dos resultados da ação de formação

O desenho de uma metodologia adequada para a avaliação da eficácia de programas de formação financeira não é consensual. Na preparação do projeto de intervenção é necessário estabelecer como o avaliar, que métodos utilizar, quem deverá liderar e em

que aspetos do processo educativo focar, o que por vezes, torna difícil uniformizar para que seja possível comparar os resultados com os de outros estudos e projetos (OCDE 2013). A avaliação do projeto é fundamental para verificar a eficácia na concretização dos seus objetivos, na utilização de recursos, e identificar as áreas de melhoria. Tendo em linha de conta as premissas anteriores, a avaliação do projeto de intervenção foi preparada em simultâneo com o planeamento dessa mesma intervenção. Com a finalidade de obter as conclusões esperadas, foi utilizada uma abordagem não experimental para medir o nível de literacia financeira antes e depois da intervenção (INFE, 2012).

#### 3.4.1. Inquérito de satisfação aos alunos sobre a ação de formação

No final da sessão de formação, teve lugar o preenchimento de um questionário de satisfação (cfr. anexo D) pelos participantes com o objetivo de identificar pontos de melhoria, contributos e sugestões relativos ao que deveria ser alterado ou eliminado, bem como a avaliação da eficácia da ação formativa.

As questões colocadas referiram o interesse e pertinência do tema, a capacidade de comunicação do formador, os materiais e equipamentos utilizados, a utilidade prática da formação para o aluno e ainda, a apreciação global da sessão. Os formandos classificaram cada item de avaliação de acordo com a seguinte escala: muito bom, bom, suficiente e insuficiente.

#### 3.4.2. Inquérito por questionário de acompanhamento (*follow-up*) da evolução da literacia financeira

Os participantes do estudo responderam novamente a um inquérito por questionário (cfr. anexo E) para avaliar o nível de literacia financeira após a ação de formação. Esta nova aplicação decorreu em junho, um mês após a concretização da sessão de formação, e permitiu medir o impacto da literacia financeira ao nível dos conhecimentos, atitudes e comportamentos.

Este segundo inquérito por questionário, composto por um conjunto de perguntas idênticas às do primeiro inquérito, possibilitou identificar as alterações nos conhecimentos, atitudes e comportamentos dos alunos num curto espaço temporal. Assim, neste segundo inquérito não foram incluídas questões sobre o perfil do entrevistado uma vez que a caracterização dos alunos já tinha sido objeto de resposta no inquérito inicial. Na parte do planeamento do orçamento e poupança, também foram eliminadas as perguntas sobre a existência de empréstimos bancários e respetiva taxa de

esforço porque a percentagem de alunos que tinham recorrido a créditos bancários era muito baixa.

Na parte da escolha e gestão de produtos financeiros, foram incluídas mais duas perguntas relativas à utilização da internet e de outros canais para aceder e movimentar a conta de depósito à ordem. Estas perguntas foram adicionadas para avaliar em que medida os alunos usam os canais digitais para aceder e movimentar a conta de depósito à ordem.

Por fim, a parte de compreensão financeira manteve exatamente a mesma configuração.

Da comparação dos resultados obtidos nestes dois instrumentos são retiradas as devidas conclusões sobre a eficácia deste projeto de intervenção.

## Capítulo III – Resultados do estudo de caso

### 1. Diagnóstico da literacia financeira dos alunos

#### 1.1. Caracterização da população

As características dos inquiridos refletem a realidade da população-alvo uma vez que foram envolvidos no projeto, todos os alunos a frequentar cursos EFA na Escola Secundária Adelaide Cabette no ano letivo de 2016-17.

Dos alunos inquiridos, 60,2 por cento são do sexo feminino. A idade varia entre os 18 e os 71 anos e cerca de 40 por cento dos alunos situa-se na faixa etária até aos 24 anos. Como seria de esperar, atendendo à população alvo (alunos a frequentar os cursos EFA) 51,5 por cento têm o ensino básico completo (3.º ciclo), o que corresponde ao grau de escolaridade mais elevado observado e cerca de 10 por cento revela não ter completado nenhum grau de ensino. A grande maioria dos alunos são portugueses (70,9 por cento) destacando-se entre os estrangeiros, a comunidade guineense com 12,6 por cento dos alunos.

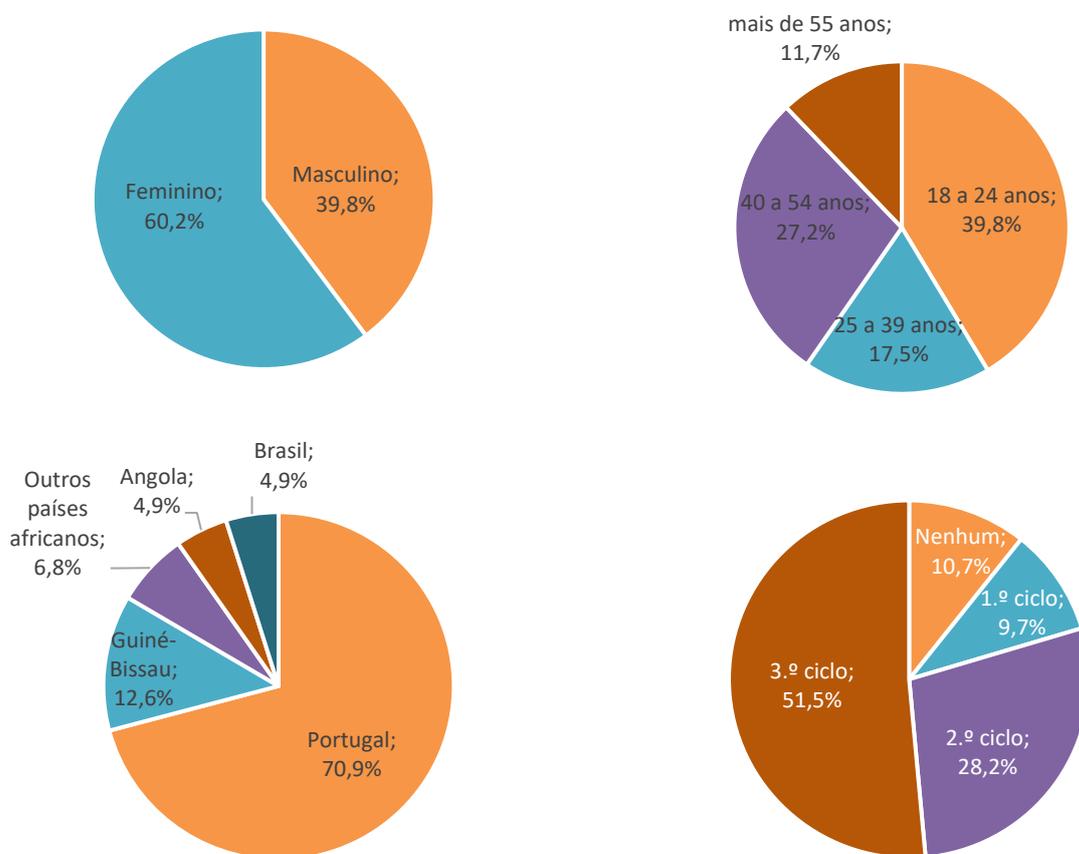


Figura 1.1.1 | Caracterização dos inquiridos segundo o género, a idade, a nacionalidade e o nível de escolaridade

Na distribuição dos entrevistados combinando a faixa etária e nível de escolaridade, os maiores níveis de escolaridade surgem associados à população entre os 18 e os 24 anos (97,6 por cento completaram o 2º ou o 3º ciclo). Cerca de 60 por cento dos alunos com idade igual ou superior a 55 anos não completaram nenhum grau de ensino ou têm o primeiro ciclo do ensino básico. A proporção de alunos sem qualquer grau completo é maior no sexo feminino com 12,9 por cento face a 7,9 por cento dos homens. Olhando para os alunos com o 9º ano completo, o sexo masculino tem novamente vantagem, com 56,1 por cento face a 48,4 por cento no sexo feminino.

A condição perante o trabalho, repartida em função de duas grandes categorias – a população inativa e a população ativa – permite a identificação da inserção profissional dos inquiridos. A partir desse indicador, fica-se a saber a composição da população relativamente a: 1) em situação de inatividade, englobando estudantes, domésticas/os, reformados e desempregados que não procuram emprego; 2) bem como em situação de atividade, ou seja, que trabalham ou estão no desemprego à procura de emprego.

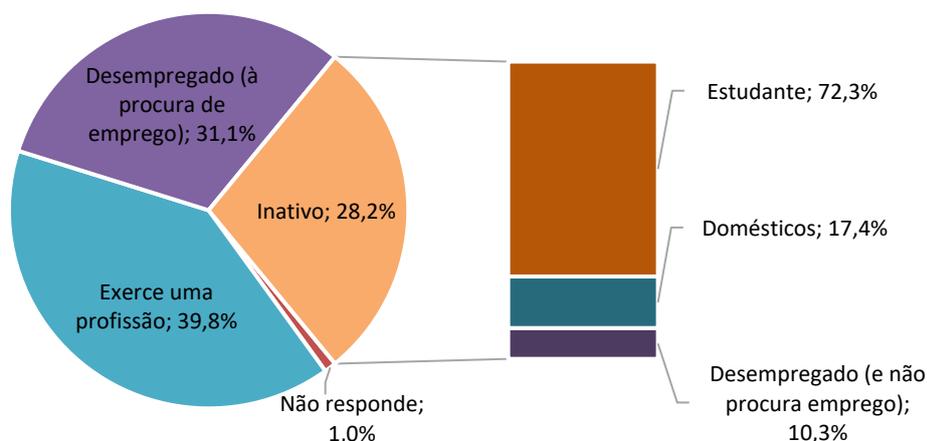


Figura 1.1.2 | Caraterização dos inquiridos segundo a condição perante o trabalho

Como se observa no gráfico anterior, a população ativa representa, no seu conjunto, cerca de 70 por cento, sendo que os desempregados na procura ativa de emprego são uma percentagem muito elevada, representando 31,1 por cento. Destaca-se que, na população ativa a exercer uma profissão, os dados mostram que, na sua maioria (76,1 por cento) são trabalhadores por conta de outrem. Das áreas profissionais incluídas na Classificação Portuguesa das Profissões<sup>1</sup>, registam-se mais empregos em atividades relacionadas com

<sup>1</sup> A Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010), elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.), aprovada pela 14.ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE), de 5 de maio de 2010, e posteriormente publicada na II Série do Diário da República n.º 106, de 1 de junho de

os serviços pessoais, proteção e segurança e vendedores (39,7 por cento), e em atividades não qualificadas, designadamente, trabalhadores de limpeza e vendedores ambulantes (16,0 por cento).

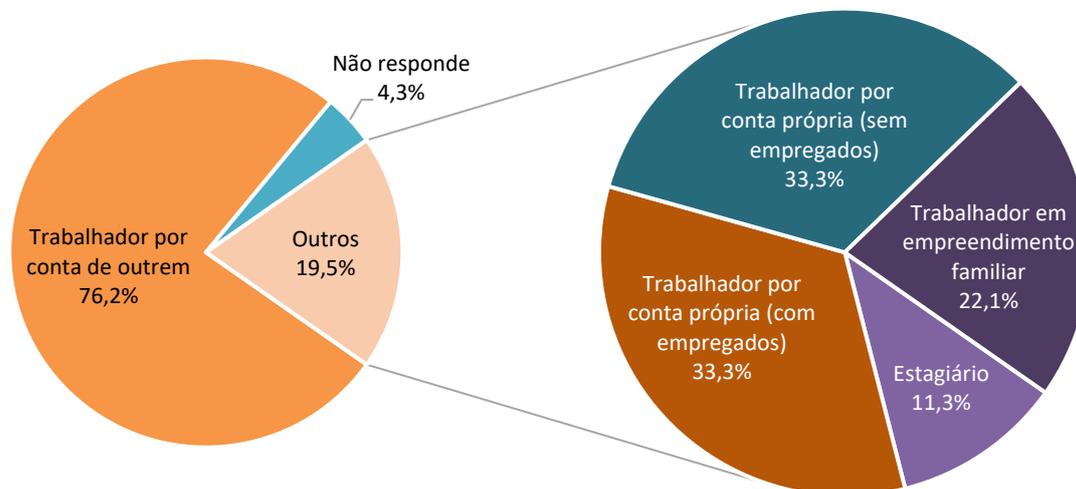


Figura 1.1.3 | Caracterização dos inquiridos pela situação perante a profissão

Na distribuição dos inquiridos por níveis de rendimento, 3,9 por cento indicam que o seu agregado familiar não tem rendimento; 21,4 por cento auferem até 557 euros brutos mensais<sup>2</sup>; 13,6 por cento entre 558 e 750 euros; 10,7 por cento entre 750 e 1000 euros; 6,8 por cento entre 1000 e 1250 euros; 5,8 por cento entre 1250 e 1500 euros; 11,7 por cento acima de 1500 euros; 18,4 por cento desconhecem o valor do rendimento mensal e 7,8 por cento não respondem à questão.

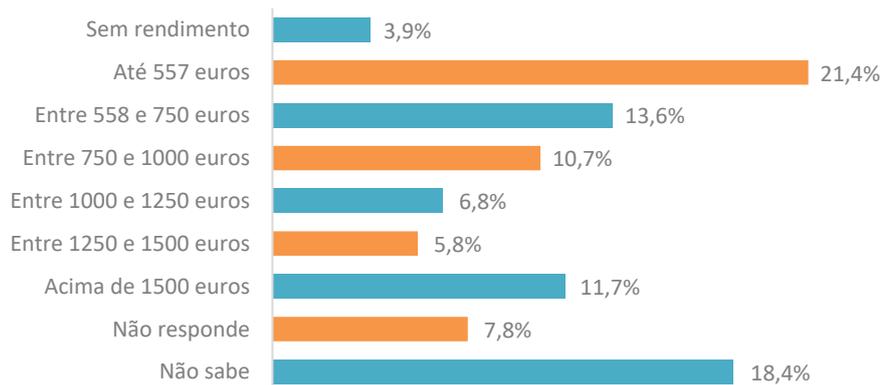


Figura 1.1.4 | Caracterização dos inquiridos por nível de rendimento do agregado familiar

2010, estabelece o novo quadro das profissões, tarefas e funções mais relevantes integrado na CITP/2008, classificação recomendada aos Estados-Membros para produzir e divulgar estatísticas por profissões a nível da União Europeia (UE).

<sup>2</sup> O valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para 2017, fixado pelo decreto-lei n.º 86-B/2016 de 29 de dezembro de 2016, é de 557 euros.

Os resultados do inquérito permitem descrever o perfil desta população de acordo com as suas características socioeconómicas. Pode-se afirmar que se trata de uma população pouco escolarizada, com elevadas taxas de desemprego, em que a população empregada exerce profissões pouco qualificadas e ainda que, os agregados familiares têm rendimentos brutos mensais muito baixos.

## 1.2. Inclusão financeira

Um dos primeiros resultados a registar é o facto de 29,1 por cento dos entrevistados afirmarem não possuir uma conta de depósito à ordem, o que, comparativamente com a média nacional de 7,5 por cento obtida no Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2015, vem comprovar uma maior exclusão deste grupo populacional no acesso ao sistema bancário.



Figura 1.2.1 | Percentagem de inquiridos que não têm uma conta de depósito à ordem

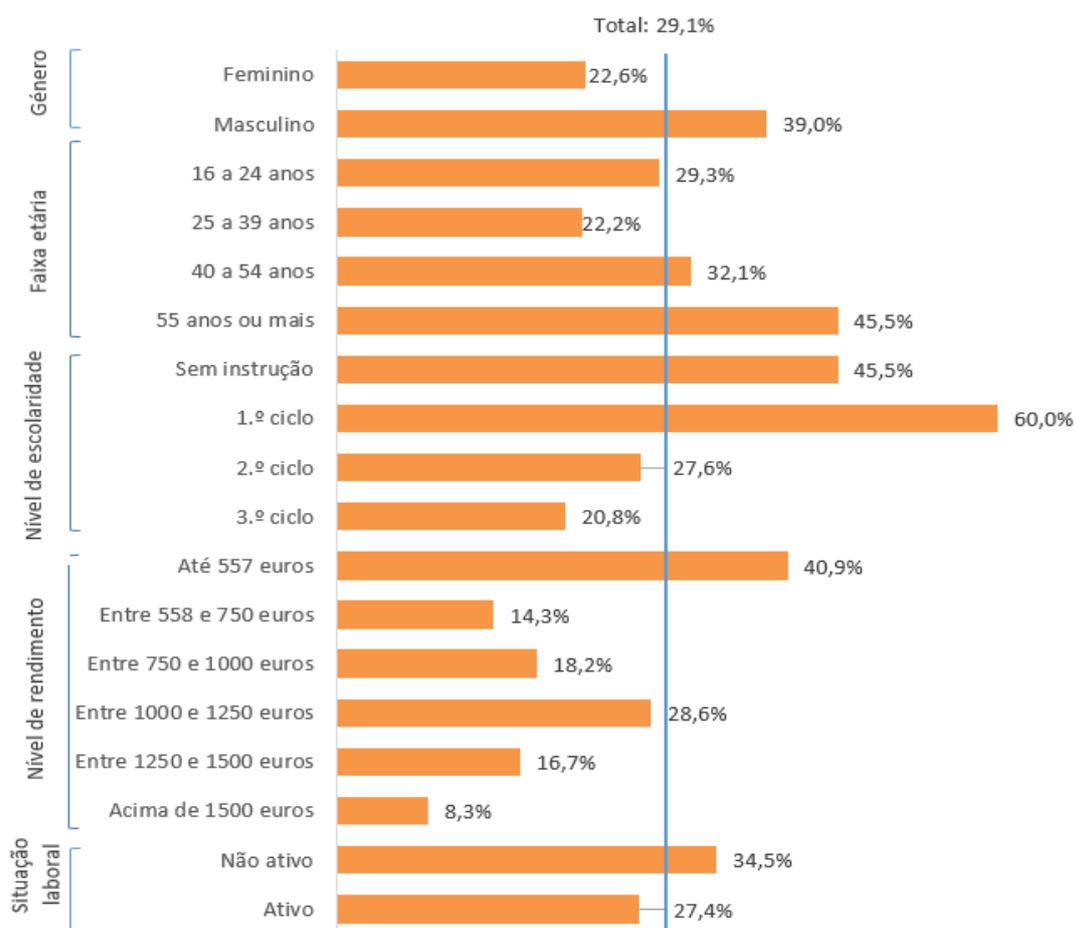


Figura 1.2.2 | Caracterização dos inquiridos que não têm depósito à ordem por critérios de estratificação

Os níveis mais baixos de escolaridade e de rendimento também estão associados a uma maior exclusão do sistema bancário, sendo este o caso de 40,9 por cento dos agregados familiares que auferem até 557 euros mensais e de 60 por cento dos entrevistados com apenas o 1º ciclo. Todos os entrevistados sem rendimento mensal afirmam não ter conta numa instituição financeira bem como 53,1 por cento dos desempregados à procura de emprego. O sexo masculino apresenta maior exclusão financeira com 39 por cento a afirmar não possuir conta bancária relativamente ao sexo feminino, com 22,6 por cento.

Nos inquiridos com idade superior a 55 anos, há 45,5 por cento que não são detentores de uma conta de depósito à ordem; entre os 40 e os 54 anos, a proporção é de 32,1 por cento; e entre os 18 e os 24 anos, a proporção é de 29,3 por cento.

O acesso a uma conta bancária é a primeira etapa do processo de inclusão financeira por ser uma condição necessária para a aquisição de outros produtos e serviços financeiros. Ora, no caso em apreço, verifica-se uma significativa exclusão do sistema bancário que é também observada pela escassa acessibilidade a outros produtos financeiros: somente 7,8 por cento dos alunos possuem um depósito a prazo; 9,7 por cento utilizam o cartão de crédito; 3,9 por cento recorreu ao crédito automóvel; 10,7 por cento aderiu ao crédito para comprar casa; 10,7 por cento têm pelo menos um seguro; e, por fim, nenhum dos inquiridos detém um investimento em valores mobiliários.

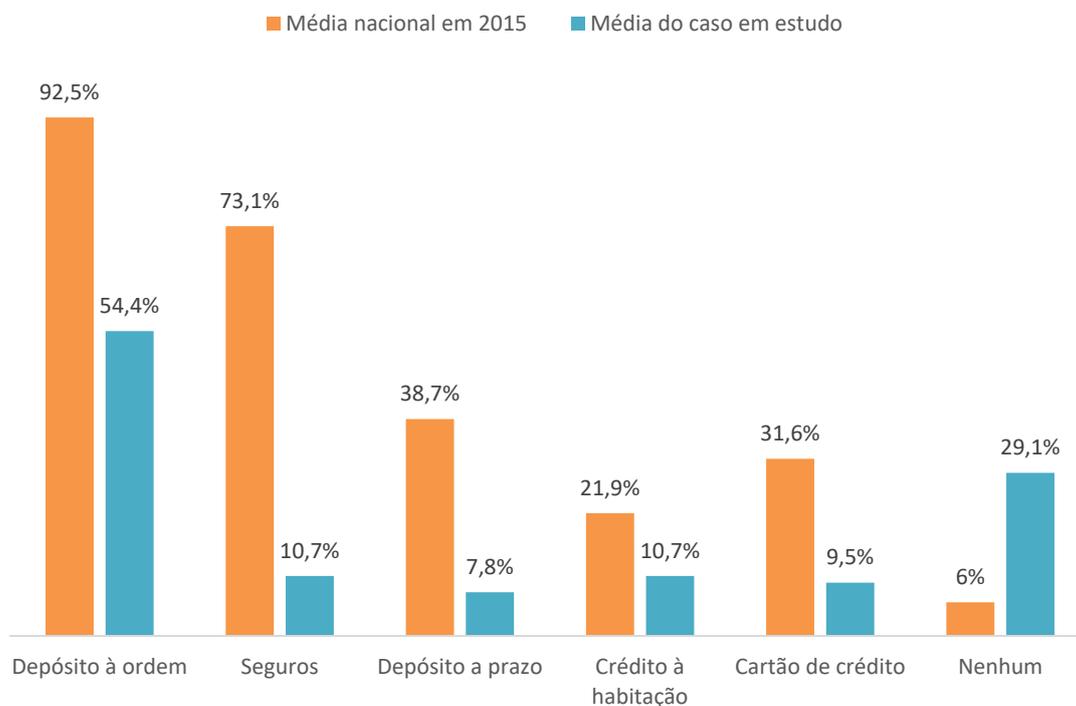


Figura 1.2.3 | Titularidade de produtos financeiros

Os resultados do Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2015 evidenciam que a proporção de entrevistados em Portugal que tem conta de depósito à ordem (92,5 por cento) é muito superior à média da população inquirida (54,4 por cento). Também a proporção dos que têm seguros em Portugal (73,1 por cento) é bastante superior à média dos inquiridos em estudo (10,7 por cento).

Quase um terço dos inquiridos não contratou um produto financeiro, enquanto que a nível nacional, apenas 6 por cento não possuem qualquer produto financeiro.

Cerca de 78 por cento dos inquiridos afirma ter acesso à *internet*. No entanto, apenas 27,9 por cento afirmam consultar a conta bancária através da *internet*. As pessoas que nunca acederam à conta através da *internet* mas que o pensam fazer no futuro representam 18,6 por cento, enquanto que 36 por cento não tenciona utilizar os canais digitais no futuro.

O canal privilegiado para movimentar a conta de depósito à ordem é a caixa de multibanco utilizado por 85,9 por cento dos alunos que têm conta de depósito à ordem. Em menor proporção, 39,4 por cento recorrem ao balcão da instituição de crédito e 27,9 por cento utilizam os serviços de *homebanking* ou as aplicações móveis.

### 1.3. Planeamento do orçamento familiar

Globalmente, uma parte dos entrevistados (31,1 por cento) afirma tomar decisões sobre a gestão do dinheiro em conjunto com o seu cônjuge ou companheiro e 28,2 por cento afirma tomar sozinho essas decisões.

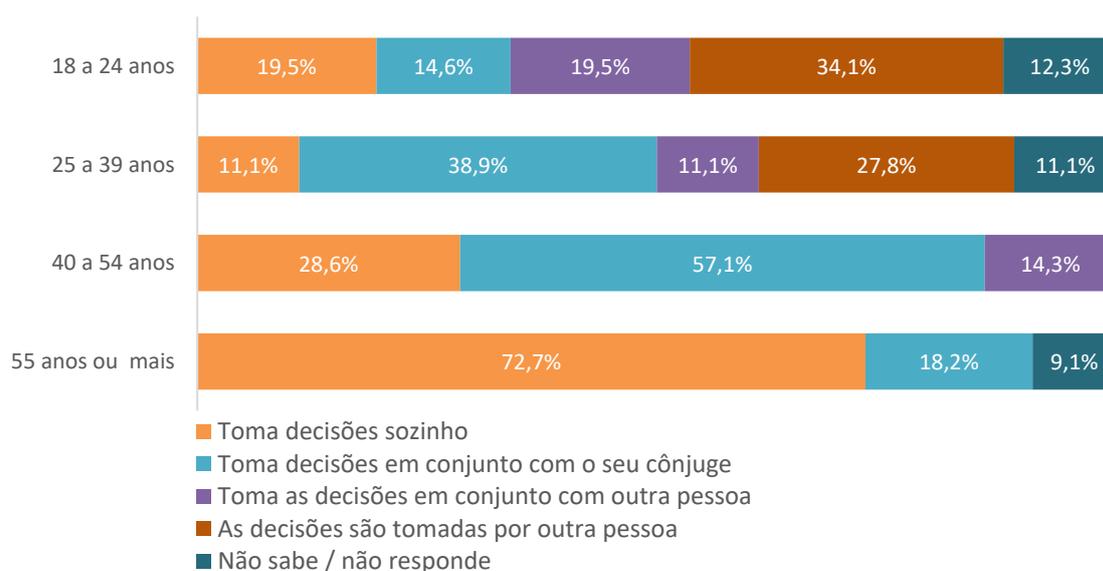


Figura 1.3.1 | Responsabilidade pelas decisões financeiras por escalão etário

Cerca de 72 por cento dos adultos entre os 55 e os 69 anos afirmam que tomam sozinhos as suas decisões financeiras. Cerca de 57 por cento dos adultos entre os 40 e os 54 anos afirmam que as suas decisões financeiras são tomadas em conjunto com o seu cônjuge ou companheiro e 34,1 por cento dos jovens entre os 18 e os 24 anos afirmam que as suas decisões financeiras são tomadas por outras pessoas.

A distribuição por níveis de escolaridade indica que pelo menos metade dos que têm a instrução primária ou mesmo sem instrução, tomam sozinhos as decisões sobre a gestão do dinheiro. Por seu turno, 38,7% dos inquiridos do sexo feminino indica que as decisões financeiras são tomadas em conjunto com o seu cônjuge ou companheiro.

#### 1.4. Hábitos de poupança

A realização de poupança é um hábito praticado por 56,3 por cento dos alunos, ainda que apenas 40,8 por cento afirmem poupar com regularidade. Os 59 por cento de entrevistados que no Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2015 revelam fazer poupança comparam com os resultados obtidos no estudo em análise (diminuição de 2,7 pontos percentuais).

O dinheiro não ser suficiente para cobrir as despesas é referido como o principal motivo para 75 por cento dos alunos.

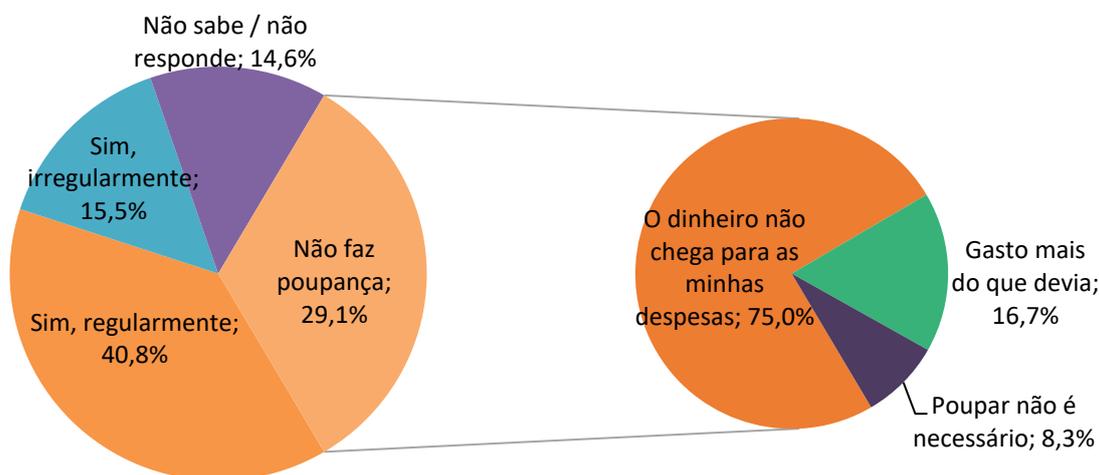


Figura 1.4.1 | Realização de poupança e principal razão por que não faz poupança

De referir que 80 por cento das pessoas domésticas afirmam poupar com regularidade, verificando-se uma melhoria dos hábitos de poupança face à média global de 40,8%. Ao invés, 81,8 por cento dos alunos sem instrução indicam que não realizam poupança.

Cerca de 40 por cento dos inquiridos afirmam que, caso hoje tivessem uma despesa inesperada de igual valor ao rendimento mensal do agregado familiar, não a conseguiriam pagar sem qualquer tipo de ajuda, isto é, sem pedir dinheiro emprestado ou recorrer a amigos ou familiares. Esta proporção é superior (63,3 por cento) entre os entrevistados que afirmam não conseguirem fazer poupança. Em contrapartida, 27,2 por cento afirmam conseguir fazer face a uma despesa inesperada desse montante; a proporção sobe para 38,1 por cento nos entrevistados que costumam fazer poupança regularmente. É significativa a proporção de inquiridos que apesar de conseguirem poupar regularmente, não conseguem fazer face a essa despesa (26,2 por cento).

### 1.5. Atitudes e comportamentos

Para conhecer as atitudes e comportamentos dos entrevistados perante situações relacionadas com o planeamento e gestão do orçamento familiar, foi pedido que classificassem um conjunto de afirmações de acordo com a seguinte escala: sempre (1); muitas vezes (2); às vezes (3); e nunca (4).

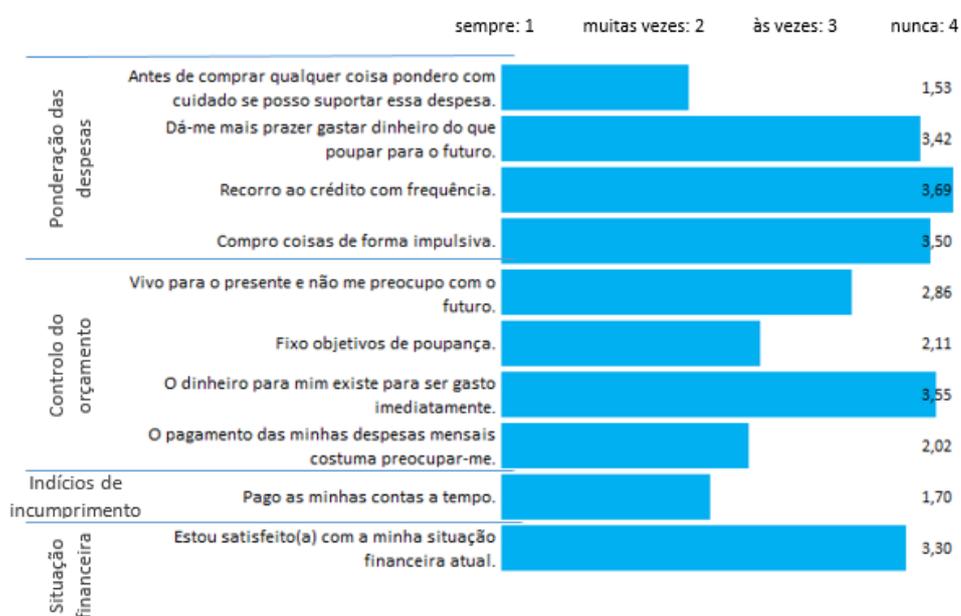


Figura 1.5.1 | Atitudes e comportamentos dos inquiridos (valores médios)

A maioria dos entrevistados pondera as suas despesas e poupa para o futuro. Em média, consideram que, muitas vezes (1,53), antes de comprar qualquer coisa ponderam com cuidado se podem suportar essa despesa; às vezes (2,86), vivem para o presente sem preocupações com o futuro; e nunca (3,55) julgam que o dinheiro existe para ser gasto imediatamente.

As afirmações “recorro ao crédito com frequência” e “compro coisas de forma impulsiva” têm valores médios de 3,69 e 3,5 respetivamente, demonstrando que os entrevistados tendem a discordar destas afirmações. Em linha com esses resultados, à afirmação “dá-me mais prazer gastar dinheiro do que poupar para o futuro”, os alunos responderam “às vezes” (média de 3,42).

Os entrevistados tendem a considerar que “muitas vezes” fixam objetivos de poupança, revelando que também controlam as suas finanças pessoais (média de 2,11).

Relativamente ao grau de satisfação com a situação financeira atual, em média os inquiridos afirmam “estar pouco satisfeitos” (média de 3,3).

Os entrevistados revelam poucos indícios de eventual incumprimento, uma vez que, concordam com as afirmações “o pagamento das minhas despesas mensais costuma preocupar-me” e “pago as minhas contas a tempo”, às quais responderam “muitas vezes” (média de 2,02 e 1,7 respetivamente).

#### 1.6. Escolha e gestão de produtos financeiros

Relativamente à escolha da instituição de crédito para abrir uma conta de depósito à ordem, os inquiridos apresentam como principais razões, a recomendação de um familiar ou amigo (30,7 por cento), a proximidade de casa ou do local de trabalho (12,0 por cento), as comissões ou custos mais baixos e o facto de ser onde têm crédito à habitação ou outro crédito (ambos 10,7 por cento).



Figura 1.6.1 | Principal razão de escolha da instituição de crédito

Quando questionados acerca da fonte de informação sobre os produtos financeiros a que recorrem; 32,9 por cento responde que obtém informações junto do gestor de conta ao balcão, 21,2 por cento recorre a amigos, colegas ou familiares; e 14,1 por cento informa-se através da internet.

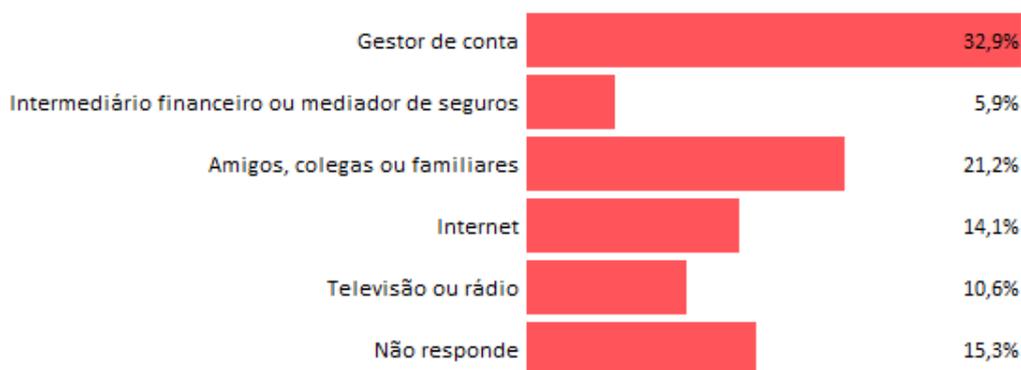


Figura 1.6.2 | Principal razão de escolha da instituição de crédito

Cerca de 70 por cento dos alunos afirma que lê as condições constantes da informação contratual dos produtos financeiros. Contudo, apenas 43,2 por cento afirma ler essas informações com muito detalhe.

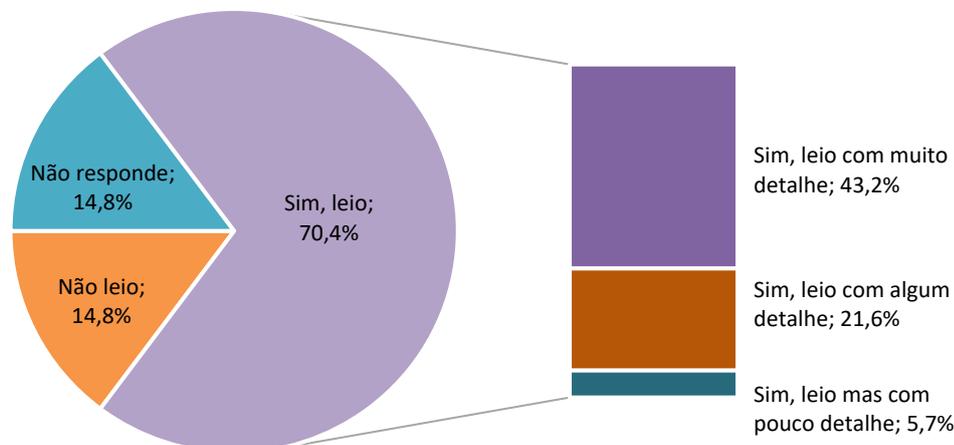


Figura 1.6.3 | Leitura da informação contratual dos produtos financeiros

De referir que, apenas 37,3 por cento dos entrevistados detentores de uma conta de depósito à ordem, declaram saber o valor cobrado pela comissão de manutenção da sua conta. Podemos estabelecer uma relação direta entre o nível de escolaridade e o conhecimento acerca do custo de manutenção de conta, isto é, à medida que o nível de escolaridade aumenta há uma maior proporção de alunos que afirma conhecer o valor da comissão.

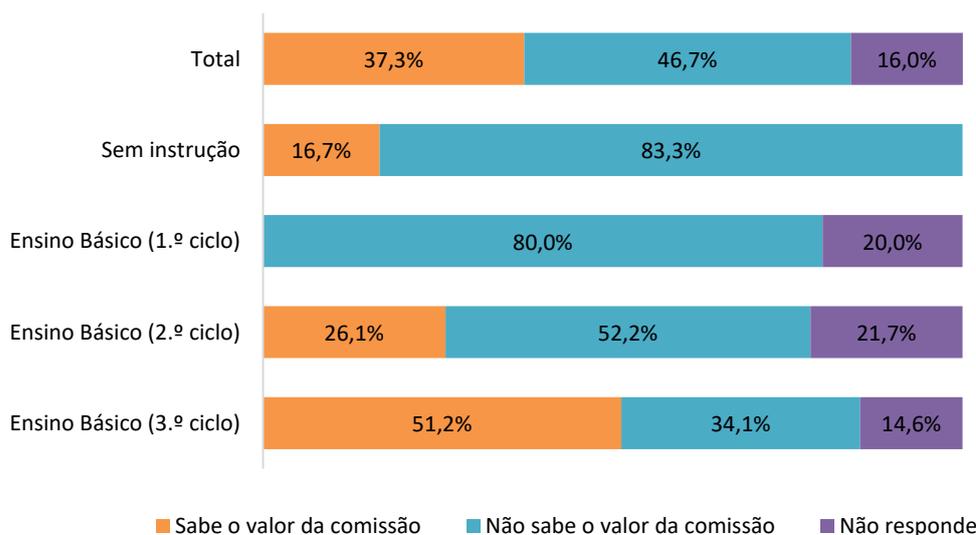


Figura 1.6.4 | Conhecimento da comissão de manutenção de conta de depósito à ordem

Dos inquiridos sem qualquer nível de escolaridade, 83,3 por cento desconhecem os custos associados à conta bancária, diminuindo essa proporção para os alunos com a instrução

primária (80 por cento), sucessivamente para os que têm o 2.º ciclo completo (52,2 por cento), e a proporção mais baixa para os que completaram o 3.º ciclo do ensino básico (34,1 por cento).

Na sua grande maioria, os entrevistados não utilizam o recurso ao crédito, existindo apenas 15,5 por cento a admitir que recorre atualmente a empréstimos bancários, quer sejam créditos à habitação ou créditos aos consumidores. A proporção de entrevistados com empréstimos é superior à média na faixa etária entre os 40 e os 54 anos (31,1 por cento) e nos que exercem uma profissão (68,8 por cento).

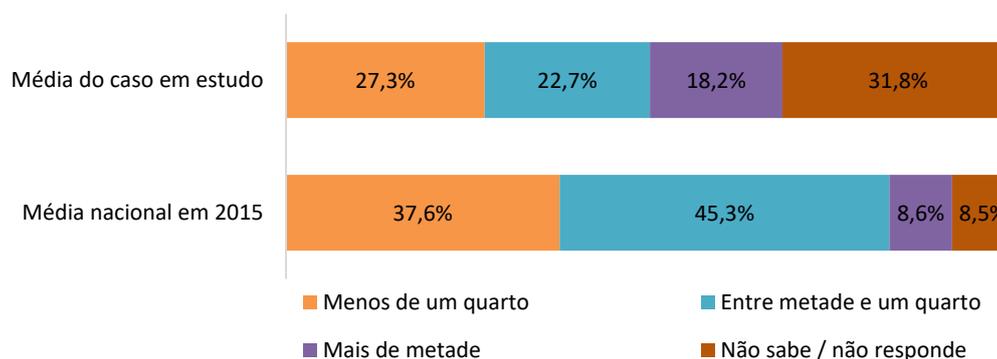


Figura 1.6.5 | Taxa de esforço (peso das prestações dos empréstimos no rendimento mensal)

Os encargos com empréstimos consomem menos de um quarto do rendimento mensal de 27,3 por cento dos inquiridos e 22,7 por cento têm uma taxa de esforço superior a um quarto, mas menos de metade do rendimento mensal. Comparando com os resultados obtidos a nível nacional no Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2015, há uma diminuição de 10,3 pontos percentuais na proporção de inquiridos com taxa de esforço inferior a um quarto do rendimento mensal e uma diminuição de 22,6 pontos percentuais naqueles que indicam uma taxa de esforço intermédia. Ao invés, há um aumento da percentagem de inquiridos com empréstimos em que as prestações representam mais de metade do rendimento mensal (mais 9,6 pontos percentuais) e dos inquiridos que não sabem qual a sua taxa de esforço (mais 23,3 pontos percentuais).

Quanto ao grau de risco dos entrevistados face aos investimentos financeiros a maioria revela-se avessa ao risco; 27,5 por cento afirmam que não gostam de arriscar e 24,2 por cento dizem que não gostam mesmo nada de arriscar.

## 1.7. Compreensão financeira

A primeira avaliação da compreensão financeira surge através da perceção que os alunos têm acerca do seu nível de conhecimento financeiro. Os resultados evidenciam que os inquiridos não se mostram muito confiantes, uma vez que 54,4 por cento afirmam que os seus conhecimentos são apenas “suficientes”; 26,2 por cento consideram mesmo que são “insuficientes”; a proporção de respostas baixa nos níveis mais altos de conhecimento, sendo que 10,7 por cento classificam como “bons” e 4,9 por cento consideram que são “muito bons”. Os restantes 3,8 por cento não sabem ou não respondem à questão.

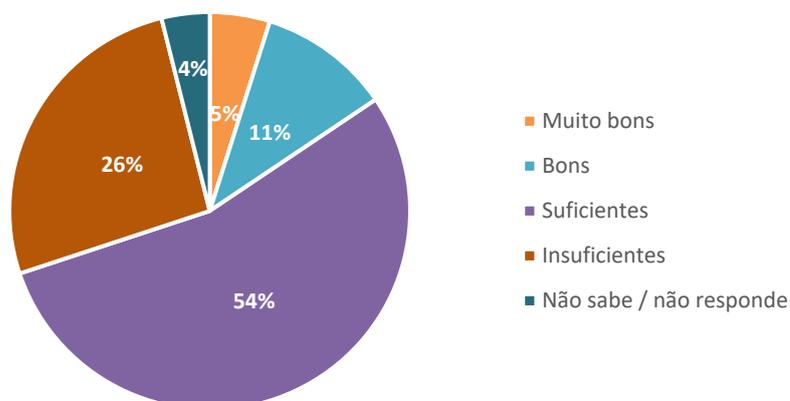


Figura 1.7.1 | Níveis de autoavaliação dos conhecimentos financeiros

Mais de metade dos alunos entre os 18 e os 54 anos consideram que os seus conhecimentos financeiros são suficientes e cerca de 50 por cento dos que se autoavaliam com conhecimentos financeiros insuficientes têm mais de 55 anos.

A perceção sobre os conhecimentos financeiros está relacionada com o nível de rendimento. De facto, 75 por cento dos que não têm rendimentos e 45,5 por cento dos inquiridos que pertencem a agregados familiares com rendimentos mensais até 557 euros consideram que têm conhecimentos financeiros insuficientes.

## 1.8. A numeracia

Aos inquiridos foram colocadas algumas perguntas que implicam a realização de um cálculo numérico simples para obter a resposta correta. As questões são as seguintes:

1. Foram entregues 1.000 € para serem divididos por 5 irmãos em partes iguais. Com quanto dinheiro fica cada um?

2. Suponha agora que os 5 irmãos têm de esperar um ano para receber a sua parte dos 1.000 €. Se a taxa de inflação for 2%, daqui a 1 ano vão conseguir comprar... (mais / o mesmo / menos do que hoje).
3. Suponha que coloca 100 € num depósito a prazo com uma taxa de juro anual de 2%. Quanto é que terá na conta ao fim de um ano? (Considere que não são cobradas comissões nem impostos).
4. Suponha que pretende comprar 3 kg de laranjas. Na loja pode comprar laranjas a 1,20 € por kg, ou em alternativa, uma caixa de 3 kg por 3 €. O que escolheria?

Nestas quatro perguntas, os inquiridos responderam corretamente, em média, a 2,5 perguntas. A proporção dos inquiridos que acertaram em todas as perguntas é de 28,2 por cento; 20,4 por cento responderam corretamente a 3 perguntas; 32 por cento em 2 perguntas; 13,6 por cento a apenas uma das questões; e 5,8 por cento falharam em todas.

A maioria dos entrevistados respondeu corretamente à divisão de 1.000 € por cinco irmãos (87,4 por cento) e ao cálculo do custo unitário de um produto (78,6 por cento). No entanto, pouco menos de metade dos alunos conseguiram calcular um juro simples e somente 36,9 por cento atingiu o efeito de perda de poder de compra resultante de uma taxa de inflação de 2 por cento.

Questões	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde
Divisão de 1000 euros por cinco irmãos	87,4%	7,8%	4,9%
Implicações de uma taxa de inflação	36,9%	19,4%	43,7%
Cálculo de juro simples	48,5%	10,7%	40,8%
Cálculo de custo unitário de um produto	78,6%	10,7%	10,7%

Quadro 1.8.1 | Percentagem de respostas às questões sobre numeracia

Entre os indivíduos do sexo masculino, revelou-se uma maior proporção de alunos que responderam corretamente a todas as questões sobre numeracia (mais 10 pontos percentuais do que os indivíduos do sexo feminino). Na distribuição por escalões etários, os alunos entre os 40 e os 54 anos acertaram mais nas respostas às questões (35,7 por cento) e 9,1 por cento dos alunos com 55 ou mais, erraram em todas as questões.

### 1.9. Produtos financeiros

Os entrevistados foram também questionados sobre as características dos produtos financeiros. As questões são as seguintes:

1. A qual das seguintes aplicações financeiras está associado um maior risco financeiro? (depósito à ordem / depósito a prazo / ações de uma empresa)
2. Na maioria dos empréstimos à habitação, a taxa de juro paga ao banco é indexada a uma taxa de referência, que normalmente é a “Euribor”. Diga se a Euribor... (...é uma taxa definida pelo Banco de Portugal. / ...é uma taxa definida pelo Banco Central Europeu. / ...é uma taxa que resulta dos empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus.)

Os resultados revelam que pouco mais de metade (54,4%) dos alunos responderam corretamente à questão relativa ao risco dos produtos financeiros e apenas 10,7 por cento dos alunos escolheram a opção certa na questão relativa à Euribor. Destaca-se a percentagem significativa de alunos que responderam que não sabem ou que não respondem, a este grupo de questões.

Questões	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde
Risco dos produtos financeiros	54,4%	8,7%	36,9%
Conceito de Euribor	10,7%	38,8%	50,5%

Quadro 1.9.1 | Percentagem de respostas às questões sobre produtos financeiros

### 1.10. Orçamento familiar e poupança

Os alunos tinham como proposta preencher um orçamento familiar em que o enunciado referia os rendimentos e despesas de um indivíduo. Os alunos organizaram os rendimentos e as despesas numa tabela, de acordo com as classificações; em rendimentos fixos ou variáveis; em despesas fixas necessárias ou supérfluas; em despesas variáveis necessárias ou supérfluas. Os resultados da simulação do orçamento demonstram que apenas 13,6 por cento dos alunos resolveram corretamente o exercício; 63,1 por cento não conseguiram preencher a parte das despesas corretamente apesar de acertarem a parte dos rendimentos e 11,7 por cento erraram o exercício na totalidade.

Na sequência do exercício sobre o orçamento familiar, 42,7 por cento dos inquiridos calculou corretamente o valor da poupança mensal alcançado.

Os alunos foram ainda desafiados a responder, com as opções de verdadeiro ou falso, a sete afirmações sobre a poupança. Os inquiridos tiveram resultados mais positivos neste exercício embora o nível de respostas corretas em duas questões tenha sido inferior a 70 por cento.

Afirmações	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde
Um orçamento permite definir objetivos de como poupar e gastar.	81,6%	1,9%	16,5%
Um orçamento não permite comparar o que se planeou gastar e o que se efetivamente se gastou.	57,3%	12,6%	30,1%
Um orçamento ajuda as pessoas a tomar melhores decisões de consumo	83,5%	2,9%	13,6%
O saldo do orçamento quando é positivo significa que as despesas são superiores aos rendimentos	60,2%	22,3%	17,5%
A poupança permite enfrentar, mais facilmente, situações de desemprego ou de aumento inesperado das despesas.	79,6%	1,9%	18,4%
O investimento é a aplicação das poupanças com o objetivo de obter rendimento.	71,8%	1,0%	27,2%
Antes de se contrair um empréstimo deve-se identificar os rendimentos e despesas para avaliar a capacidade de pagar as prestações mensais	79,6%	0,0%	20,4%

Quadro 1.10.1 | Percentagem de respostas às afirmações sobre orçamento familiar e poupança

Neste exercício, os resultados positivos verificam-se também pela proporção de 41,7 por cento dos entrevistados que acertou corretamente a todas as questões, e 70,9 por cento acertou pelo menos, 5 afirmações. Além disso, 7,8 por cento dos alunos erraram todas as respostas.

O sexo masculino apresenta melhor desempenho com 48,8 por cento a acertar em todas as respostas, relativamente a 37,1 por cento do sexo feminino.

Segundo a faixa etária, os alunos entre os 18 e os 24 anos apresentam os melhores resultados com 51,2 por cento a acertar em todas as respostas. Os que têm 55 ou mais anos apresentam a maior proporção que não acertou nenhuma resposta (18,2 por cento).

Os alunos com nível de escolaridade mais elevado (3º ciclo completo) apresentam os melhores resultados, com uma proporção de 47,2 por cento a responder corretamente a todas as afirmações, enquanto que 30 por cento dos alunos com o 1º ciclo completo errou todas as respostas.

Os alunos que mais demonstram responder corretamente a todas as afirmações são aqueles que auferem um rendimento mensal bruto acima dos 1250 euros (66,7 por cento).

### 1.11. Índice de literacia financeira

O cálculo do índice de literacia financeira permite realizar uma análise agregada dos níveis de literacia financeira dos alunos dos cursos EFA da Escola Secundária Adelaide Cabette. O índice é construído com a agregação das oito perguntas constantes no inquérito por questionário de diagnóstico. As respostas obtidas no inquérito por questionário foram agregadas num indicador que permite a comparação dos resultados entre grupos populacionais, de forma a identificar os grupos mais vulneráveis em matéria de literacia financeira.

As perguntas incluídas no índice foram abordadas nos pontos anteriores: quatro sobre numeracia, duas acerca dos produtos financeiros e duas relativas à simulação do orçamento familiar. O índice de literacia financeira compreende valores entre zero e oito, significando estes valores que os alunos responderam corretamente entre zero e oito questões.

A distribuição do índice de literacia financeira aproxima-se de uma distribuição normal e o seu resultado é de 3,73 (média aritmética).

De forma agregada, existe evidência de que o sexo masculino apresenta um melhor resultado face ao sexo feminino (4,05 face a 3,52). Os alunos portugueses apresentam um índice ligeiramente acima do dos alunos das restantes nacionalidades (3,74 face a 3,71). Relativamente à faixa etária, os alunos entre os 40 e os 54 anos apresentam os melhores resultados (4,04) enquanto os alunos entre os 25 e os 39 anos apresentam os piores resultados (3,11).

O índice está diretamente relacionado com o nível de rendimento uma vez que os alunos sem rendimentos têm os valores mais baixos (2,25), enquanto que os alunos com maior rendimento bruto mensal do agregado familiar têm os valores mais elevados (5).

### 1.12. Planeamento da ação de formação

A informação obtida junto dos professores e a informação extraída do inquérito por questionário (apresentada nos pontos anteriores) serviu para definir a metodologia a adotar e planear o conteúdo das ações de formação. Os temas a abordar, a duração das sessões, o número de sessões e o agendamento das sessões foram projetados de acordo com a realidade e necessidades dos alunos.

A coordenação dos cursos EFA serviu de elo de ligação entre o projeto e todos os professores das turmas envolvidas. Junto da coordenação foi possível planear a calendarização das sessões de formação, tendo sido estabelecido o papel de cada professor e o enquadramento deste projeto no plano curricular de cada curso.

Após a construção do conteúdo da ação de formação houve um espaço de debate com os professores, para pequenos ajustes nas dinâmicas a utilizar e enquadrar a sua participação na dinamização da iniciativa.

As questões logísticas foram também definidas em articulação com os professores tendo em conta as características das infraestruturas disponíveis, em sala de aula, na escola.

### 1.13. Implementação da ação de formação

Como já foi referido a população-alvo deste projeto apresenta níveis de escolaridade baixos, níveis de rendimento também reduzidos e um grau de exclusão financeira bastante superior à média nacional. Por outro lado, os alunos têm uma perceção pouco otimista relativamente aos seus conhecimentos financeiros e apresentam dificuldades na realização de um orçamento familiar que permita fazer a gestão pessoal do dinheiro.

Olhando para as necessidades demonstradas pelos alunos e em linha com as prioridades definidas pelo Plano Nacional para os grupos vulneráveis, as áreas temáticas abordadas na ação de formação foram: gestão do orçamento familiar, poupança, serviços mínimos bancários, cuidados a ter no recurso ao crédito e prevenção do sobre-endividamento.

As sessões foram planeadas com a duração de noventa minutos e foi realizada uma sessão por turma, com exceção das turmas de alunos sem qualquer nível de escolaridade, realizando-se nestes casos duas sessões de noventa minutos.

A ação de formação teve como metodologia a utilização de um vídeo para explorar os conceitos associados à utilização do dinheiro, apresentação das fases de elaboração de um orçamento familiar e realização de uma simulação de um orçamento para aplicar os conceitos abordados e abordagem à importância da poupança e às diferentes formas de atingir. Após esta abordagem acerca da gestão pessoal do dinheiro, foi também abordado o conceito de conta de serviços mínimos bancários, condições de acesso, vantagens e limites à sua subscrição. Por fim, a sessão terminou com um espaço sobre o recurso ao crédito em que foram esclarecidas algumas das principais características deste tipo de produtos, os cuidados a ter na sua subscrição para evitar situações de sobre-endividamento e sensibilização quanto às consequências do uso irresponsável do recurso ao crédito e consequente incumprimento.

## 2. Resultados da ação de formação

### 2.1. Inquérito de satisfação aos alunos sobre a ação de formação

Em média os alunos avaliaram a sua satisfação de forma muito positiva, destacando-se como muito boa a capacidade de comunicação do formador e uma percentagem acima dos 50 por cento dos alunos que consideram muito bom o interesse do tema e a utilidade da ação de formação. Apesar de os formandos terem avaliado de forma positiva os materiais e equipamentos utilizados, foi neste item que os resultados foram menos satisfatórios.

Áreas de avaliação	Respostas de avaliação dos alunos			
	Muito bom	Bom	Suficiente	Insuficiente
Interesse do tema	59%	32%	9%	-
Capacidade de comunicação do formador	63%	32%	5%	-
Materiais e equipamentos utilizados	38%	47%	15%	-
Utilidade para o aluno	53%	33%	13%	1%
Apreciação global	59%	31%	10%	-

Quadro 2.1.1 | Percentagem dos resultados do inquérito de satisfação

### 2.2. Inquérito por questionário de acompanhamento (*follow-up*) da evolução da literacia financeira

Após a realização da ação de formação com alunos teve lugar um novo inquérito por questionário para verificar eventuais alterações ao nível dos conhecimentos, atitudes e comportamentos no âmbito da literacia financeira.

#### 2.2.1. Hábitos de poupança

Um primeiro resultado a destacar é que os inquiridos que declaram hábitos de poupança aumentaram de 56,3 para 68 por cento. Cerca de 10 por cento desses alunos afirmaram que melhoraram os seus hábitos de poupança a partir da sensibilização feita durante a ação de formação. Salienta-se o acréscimo de cerca de 10 por cento dos inquiridos que afirma poupar regularmente tanto nos alunos com idades compreendidas entre os 18 e 24 anos como nos alunos com 55 ou mais anos.

### 2.2.2. Atitudes e comportamentos

Neste inquérito foi igualmente pedido que os alunos voltassem a classificar um conjunto de afirmações relativas a atitudes e comportamentos no âmbito da literacia financeira de acordo com a seguinte escala: sempre (1); muitas vezes (2); às vezes (3); e nunca (4), sendo que os resultados se mantiveram semelhantes.

Afirmações	Inquérito de diagnóstico (média)	Inquérito de follow-up (média)
Antes de comprar qualquer coisa pondero com cuidado se posso suportar essa despesa.	1,5	1,6
Dá-me mais prazer gastar dinheiro do que poupar para o futuro.	3,4	3,4
Recorro ao crédito com frequência.	3,7	3,9
Compro coisas de forma impulsiva.	3,5	3,7
Vivo para o presente e não me preocupo com o futuro.	2,9	3,1
Fixo objetivos de poupança.	2,1	2,5
O dinheiro para mim existe para ser gasto imediatamente.	3,6	3,8
O pagamento das minhas despesas mensais costuma preocupar-me.	2,0	2,5
Pago as minhas contas a tempo.	1,7	1,8
Estou satisfeito(a) com a minha situação financeira atual.	3,3	3,3

Quadro 2.2.2.1 | Média de respostas às afirmações sobre atitudes e comportamentos

Os resultados mostram que a maioria dos entrevistados continua a declarar ponderar as suas despesas e poupar para o futuro. Em média, consideram que, muitas vezes, antes de comprar qualquer coisa ponderam com cuidado se podem suportar essa despesa; às vezes, vivem para o presente sem preocupações com o futuro; e nunca julgam que o dinheiro existe para ser gasto imediatamente.

Quando confrontados com as afirmações “recorro ao crédito com frequência” e “compro coisas de forma impulsiva” os alunos deram respostas que em média tendem para nunca. Em linha com esses resultados, à afirmação “dá-me mais prazer gastar dinheiro do que poupar para o futuro”, os alunos responderam “às vezes”.

Os entrevistados afirmam que muitas vezes fixam objetivos de poupança, revelando que também controlam as suas finanças pessoais.

Relativamente ao grau de satisfação com a situação financeira atual, os inquiridos afirmam estar pouco satisfeitos.

Os entrevistados continuam a revelar alguns indícios de eventual incumprimento, uma vez que, às afirmações “pago as minhas contas a tempo” responderam “muitas vezes” e

“às vezes” à afirmação “o pagamento das minhas despesas mensais costuma preocupar-me” (passando de “muitas vezes” para “às vezes”).

### 2.2.3. Compreensão financeira

A perceção que os alunos têm acerca do seu nível de conhecimento melhorou ligeiramente. Existiu uma diminuição da proporção de alunos que considera os seus conhecimentos financeiros insuficientes (passou de 26,6 para 17,5 por cento) e suficientes (passou de 54,4 para 46,6 por cento), do mesmo modo que aumentou a proporção dos que consideram possuir conhecimentos financeiros bons (passou de 10,7 para 29,1 por cento) e muito bons (passou de 4,9 para 5,8 por cento).

Assistiu-se a uma subida da perceção positiva que os alunos tinham do seu conhecimento financeiro em todas as faixas etárias destacando-se a subida dos alunos entre os 40 e 54 anos com conhecimentos financeiros bons de 7,1 para 32,1 por cento.

Os alunos com rendimento mensal bruto até 557 euros continuam a ser aqueles que consideram ter piores conhecimentos financeiros apesar de a sua proporção ter descido de 45,5 para 36,4 por cento.

#### 2.2.4. Numeracia

Quando colocados perante as mesmas quatro perguntas, com a necessidade de um cálculo numérico simples para chegar à resposta, os alunos responderam corretamente em média a 2,8 perguntas, subindo três décimas relativamente ao primeiro inquirido.

A proporção dos inquiridos que acertaram em todas as perguntas subiu de 28,2 para 33 por cento, os que acertaram 3 perguntas subiu de 19,4 para 30,1 por cento, os que acertaram em 2 perguntas desceu de 34 para 22,3 por cento, os que acertaram em apenas uma das questões desceu de 12,6 para 10,7 por cento, e os que falharam em todas diminuiu de 5,8 para 3,9 por cento.

Assistiu-se a um aumento das respostas certas em todas as perguntas após a ação de formação. A maioria dos entrevistados respondeu corretamente à divisão de 1000 euros por cinco irmãos (aumentou de 87,4 para 91,3 por cento) e no cálculo do custo unitário de um produto (aumentou de 78,6 para 82,5 por cento). No entanto, apesar de uma melhoria, os resultados voltaram a ser menos animadores nas questões sobre calcular um juro simples (aumentou de 48,5 para 59,2 por cento) e sobre o efeito de perda de poder de compra resultante de uma taxa de inflação de 2 por cento (aumentou de 36,9 para 44,7 por cento).

Questões	Inquirido de diagnóstico			Inquirido de <i>follow-up</i>		
	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde
Divisão de 1000 euros por cinco irmãos	87,4%	7,8%	4,9%	91,3%	3,9%	4,9%
Implicações de uma taxa de inflação	36,9%	19,4%	43,7%	44,7%	20,4%	35%
Cálculo de juro simples	48,5%	10,7%	40,8%	59,2%	8,7%	32%
Cálculo de custo unitário de um produto	78,6%	10,7%	10,7%	82,5%	4,9%	12,6%

Quadro 2.2.4.1 | Percentagem de respostas às questões sobre numeracia

O sexo masculino regista a maior subida em termos de 4 respostas certas (34,1 para 43,9). A melhoria mais significativa nos alunos que responderam corretamente a todas as perguntas revela-se na faixa etária 55 anos ou mais com uma subida de 9 pontos percentuais.

### 2.2.5. Produtos financeiros

Perante as mesmas perguntas relativas a características de produtos financeiros verifica-se novamente uma ligeira melhoria no que diz respeito às respostas corretas.

Os resultados revelam um aumento de 6,8 por cento nas respostas corretas à questão relativa ao risco dos produtos financeiros (aumentou de 54,4 para 61,2 por cento) e apenas 18,4 por cento dos alunos conseguiram escolher a opção acertada na questão relativa à Euribor, aumentando mesmo assim 7,7 por cento (aumentou de 10,7 para 18,4 por cento).

Questões	Inquérito de diagnóstico			Inquérito de <i>follow-up</i>		
	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde
Risco dos produtos financeiros	54,4%	8,7%	36,9%	61,2%	4,9%	33,9%
Conceito de Euribor	10,7%	38,8%	50,5%	18,4%	37,9%	43,7%

Quadro 2.2.5.1 | Percentagem de respostas às questões sobre produtos financeiros

A pergunta relativa ao risco dos produtos financeiros foi respondida em maior proporção pelos alunos entre os 40 e os 54 anos (71,4 por cento), no entanto são os alunos entre os 25 e os 39 anos que têm maior subida após a ação de formação de cerca de 22 por cento (subiu de 27,8 para 50 por cento). Os alunos com rendimentos brutos mensais acima dos 1250 euros foram os que responderam corretamente em maior proporção e a maior subida foram nos alunos com rendimentos entre os 750 e os 1000 euros (passou de 54,5 para 72,7 por cento).

Relativamente à pergunta sobre a euribor os resultados foram mais modestos. O desconhecimento restivo a esta matéria observa-se pela elevada taxa de alunos que responderam não sabe/não responde (43,7 por cento). Ainda assim, a ligeira melhoria observada foi mais acentuada entre o sexo masculino subindo em cerca de 12 pontos percentuais (subiu de 7,3 para 19,5 por cento), nos alunos com idades compreendidas entre os 40 e os 54 anos subindo 21,4 por cento (passando de 10,7 para 32,1 por cento, colocando-se acima da média), e nos alunos com o segundo ciclo completo subindo 27,6 por cento (subida de 6,9 para 34,5 por cento).

### 2.2.6. Orçamento familiar e poupança

Os alunos foram desafiados a realizar uma simulação de um orçamento familiar tal como tinha acontecido no primeiro inquérito de diagnóstico. Os resultados da simulação do orçamento demonstram uma melhoria significativa após a realização de formação financeira. Relativamente aos alunos que acertaram totalmente o orçamento houve uma subida de quase 30 por cento (subiu de 13,6 para 40,8 por cento). Os alunos que acertaram apenas a parte dos rendimentos, não acertando na parte das despesas, desceu de 63,1 para 40,8 por cento. Também houve uma descida da proporção de alunos que erraram tanto no preenchimento dos rendimentos como também das despesas de 11,7 para 3,9 por cento.

Na simulação do orçamento verifica-se que o sexo masculino tem melhor performance com 48,8 por cento a acertarem completamente o exercício (subida de 31,7 por cento), enquanto o sexo feminino se ficou pelos 35,5 por cento (subida de 24,2 por cento). Os alunos entre os 40 e 50 anos passou de faixa etária que mais teve respostas completamente erradas (diminuiu de 17,9 para 3,6 por cento), para serem aqueles com mais respostas completamente certas (aumentou de 14,3 para 46,4 por cento). Após a formação verificou-se um aumento substancial das respostas totalmente corretas na maioria dos níveis de escolaridade (todos na casa dos 40 por cento), com a exceção dos alunos sem qualquer escolaridade que se manteve constante com 9,1 por cento, revelando não ter havido evolução positiva com este grupo de alunos.

Na pergunta que surge na sequência do orçamento familiar houve também um aumento de respostas corretas de cerca de 10 por cento.

Os alunos foram desafiados a responder, com verdadeiro ou falso, a sete perguntas sobre poupança. Os inquiridos tiveram uma evolução positiva nos resultados desta parte, existindo ligeiras subidas em 6 das 7 questões.

Os resultados evidenciam uma evolução positiva neste exercício, onde apesar de existir uma ligeira descida dos alunos que responderam corretamente a todas as perguntas em 3,9 por cento regista-se, ao mesmo tempo, uma subida na mesma proporção dos alunos que pelo menos acertarem em 5 perguntas. Por outro lado, a proporção de alunos que acertaram em zero perguntas desceu 4,9 pontos percentuais para 2,9 por cento.

Afirmações	Inquérito de diagnóstico			Inquérito de <i>follow-up</i>		
	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde	Correto	Incorreto	Não sabe/não responde
Um orçamento permite definir objetivos de como poupar e gastar.	81,6%	1,9%	16,5%	83,5%	5,8%	10,7%
Um orçamento não permite comparar o que se planeou gastar e o que se efetivamente se gastou.	57,3%	12,6%	30,1%	61,2%	17,5%	21,4%
Um orçamento ajuda as pessoas a tomar melhores decisões de consumo.	83,5%	2,9%	13,6%	87,4%	6,8%	5,8%
O saldo do orçamento quando é positivo significa que as despesas são superiores aos rendimentos.	60,2%	22,3%	17,5%	67,0%	15,5%	17,5%
A poupança permite enfrentar, mais facilmente, situações de desemprego ou de aumento inesperado das despesas.	79,6%	1,9%	18,4%	77,7%	6,8%	15,6%
O investimento é a aplicação das poupanças com o objetivo de obter rendimento.	71,8%	1,0%	27,2%	74,8%	2,9%	22,3%
Antes de se contrair um empréstimo deve-se identificar os rendimentos e despesas para avaliar a capacidade de pagar as prestações mensais.	79,6%	0,0%	20,4%	84,5%	2,9%	12,6%

Quadro 2.2.6.1 | Percentagem de respostas às afirmações sobre orçamento familiar e poupança

O sexo masculino apresenta melhor evolução aumentando 2,4 por cento nos alunos que acertaram a todas as perguntas (aumentou de 48,8 para 51,2 por cento) e aumentando 9,8 por cento nos alunos que responderam acertadamente a seis perguntas (aumentou de 9,8 para 19,5 por cento). O sexo feminino por seu lado aumentou 4,8 por cento nos alunos que acertaram seis perguntas, mas diminuiu 8,1 por cento nos alunos que acertaram em todas.

Em termos dos alunos que responderam corretamente a todas as perguntas os alunos entre os 18 e os 24 anos foram os únicos a conseguir subir ligeiramente e os alunos com 55 ou mais anos apresentam mesmo uma descida de cerca de 9 por cento.

Os alunos com nível de escolaridade mais elevado (3º ciclo completo) apresentam os melhores resultados, naqueles que atingiram corretamente todas as perguntas, com uma proporção de 47,2 por cento, enquanto que 30 por cento dos alunos com o 1º ciclo completo erraram todas as questões.

Apesar dos alunos com o 1º ciclo apresentarem resultados positivos através da diminuição em 20 por cento naqueles que erraram todas as perguntas, verifica-se por outro lado resultados negativos através da diminuição em 20 por cento naqueles que responderam corretamente a todas as questões. Os alunos que possuem o 3º ciclo continuam a ser aqueles que mais acertaram em todas as perguntas.

Os alunos com rendimentos mensais brutos do agregado familiar entre os 1250 e 1500 euros reforçaram a sua posição como aqueles que mais acertam totalmente às questões subindo 16,7 pontos percentuais para 83,3 por cento.

### 2.2.7. Índice de Literacia Financeira

Após a intervenção realizou-se novamente a agregação dos resultados das mesmas oito questões utilizadas na fase de diagnóstico e foi criado um índice de literacia financeira dos alunos após a intervenção, permitindo avaliar o seu efeito.

Existe a evidência de uma melhoria em termos médios do índice de literacia financeira.

	Inquérito de diagnóstico	Inquérito de <i>follow-up</i>
Índice de Literacia Financeira	3,73	4,51

Tabela 2.2.7.1 | Índice de Literacia Financeira

A melhoria do índice ocorre em ambos os sexos, mas em maior proporção entre os homens (aumento de 4,05 para 4,95). O índice aumentou em todas as nacionalidades, mas após a intervenção os alunos portugueses passaram a ter um índice inferior ao do das restantes nacionalidades. Em termos de faixa etária, o maior aumento aconteceu nos alunos entre os 40 e os 54 anos continuando a ser o grupo etário com melhor índice de literacia financeira com um índice de 5,14. Independentemente do seu rendimento mensal, todos os alunos melhoraram o seu índice de literacia financeira destacando-se a melhoria acentuada entre aqueles que não têm rendimento e o maior índice nos alunos com rendimento do agregado familiar mensal superior a 1250 euros. Os alunos sem qualquer instrução apresentam um retrocesso baixando ligeiramente o índice, ao contrário dos restantes alunos que apresentam melhorias, com maior relevo nos alunos com nível de escolaridade de segundo ciclo com o índice a passar de 2,86 para 4,83.

## Conclusões

O projeto de intervenção permitiu ao investigador promover ações de formação financeira junto de 103 alunos dos cursos EFA na Escola Secundária Adelaide Cabette em Odivelas. Os destinatários deste projeto foram selecionados em consonância com o critério utilizado pelo Plano Nacional para a definição de grupos vulneráveis com carências em matéria de formação financeira. Deste modo, são considerados grupos prioritários para participarem em intervenções como os programas de formação financeira. Os alunos envolvidos no projeto têm idades compreendidas entre os 18 e os 71 anos. A população ativa representa, no seu conjunto, cerca de 70 por cento, sendo que os desempregados na procura ativa de emprego representam uma percentagem muito elevada desta fatia. A maioria dos alunos a exercer uma profissão são trabalhadores por conta de outrem e apresentam níveis de escolaridade e de rendimentos baixos. Os formandos revelam características próprias de um grupo vulnerável pelo nível de exclusão financeira elevado, bastante acima do valor médio registado no Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa de 2015 realizado pelo Plano Nacional.

Esta população revela poucos hábitos de poupança sendo a principal razão o facto de o dinheiro não ser suficiente para cobrir as despesas básicas e conseqüentemente, têm dificuldades em fazer face a despesas inesperadas. Quando subscrevem produtos financeiros recorrem ao gestor de conta e leem a informação contratual, no entanto, a maioria desconhece o valor da comissão de manutenção da conta de depósito à ordem. Por outro lado, a parte da população que recorre a empréstimos bancários é reduzida aparentando pouca adesão ao endividamento.

Os resultados apresentam com menor índice de literacia financeira as mulheres, os imigrantes, os alunos com idades compreendidas entre os 25 e os 39 anos, aqueles cujos agregados familiares auferem até 557 euros mensais brutos, os que completaram apenas o 2.º ciclo de ensino e os alunos sem conta bancária ou que não possuem uma poupança suficiente para fazer face a uma despesa inesperada de montante equivalente ao seu rendimento mensal.

O presente estudo acerca da eficácia da formação financeira surge como contributo para o desenho e implementação de novos projetos de intervenção. O desafio é criar ferramentas estandardizadas que permitam fazer comparações entre diferentes programas de formação financeira (OCDE, 2013). Em concreto, o projeto foi planeado e

desenvolvido para criar instrumentos de formação e instrumentos de avaliação adequados a grupos sociais mais desfavorecidos. Os instrumentos de formação utilizados foram construídos com base na adaptação dos materiais disponibilizados pelo Plano Nacional ao ritmo de aprendizagem e à compreensão linguística dos alunos. A adaptação dos conteúdos programáticos permitiu a aprendizagem dos conceitos financeiros fundamentais. Os instrumentos de avaliação foram desenvolvidos com base no questionário utilizado no Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa realizado em 2015, no âmbito do Plano Nacional, através do ajustamento e seleção das perguntas mais adequadas à realidade de uma população com um alto nível de exclusão financeira. A título de exemplo, não foram colocadas quaisquer questões relativas a investimentos em valores mobiliários porque o diagnóstico inicial demonstrou que esta era uma realidade muito distante dos formandos.

Os alunos tiveram a oportunidade de aprofundar os conhecimentos acerca de conceitos financeiros essenciais e de ganhar novas competências na gestão pessoal do dinheiro. O planeamento da ação de formação teve origem no diagnóstico de necessidades de formação realizado através das entrevistas semiestruturadas aos professores e do inquérito de diagnóstico aos alunos. Em resultado, foram considerados temas fundamentais a abordar, o orçamento familiar, a poupança, os serviços mínimos bancários e a prevenção do sobre-endividamento. A ação de formação foi desdobrada em várias sessões por forma a ser adaptada à capacidade de aprendizagem demonstrada pelos alunos das diferentes turmas.

A intervenção foi avaliada por intermédio de um questionário de acompanhamento, um mês após o decurso da ação de formação, o que permitiu medir a evolução dos alunos ao nível da literacia financeira relativamente aos resultados do diagnóstico inicial. Os resultados deste inquérito apresentam, de uma forma global, melhorias nos conhecimentos, atitudes e comportamentos dos alunos. Os inquiridos com hábitos de poupança aumentaram em cerca de 12 pontos percentuais, e 10 por cento do total dos alunos afirmam que melhoraram os hábitos de poupança em consequência da sensibilização realizada durante a ação de formação. Quando confrontados com 4 perguntas sobre numeracia, a proporção dos alunos que responderam corretamente a todas as questões aumentou 5 pontos percentuais. Os resultados relativos às questões acerca dos produtos financeiros também apresentaram um aumento de cerca de 7 pontos percentuais do total de alunos que respondeu corretamente a todas as perguntas.

Na ação de formação realizou-se um exercício prático de simulação de um orçamento familiar. Na análise comparada da evolução dos alunos através do questionário de acompanhamento, verificou-se uma melhoria acentuada nesta matéria uma vez que a proporção de alunos que acertou totalmente o exercício do questionário aumentou quase 30 pontos percentuais. Ora, pretende-se demonstrar a influência direta na melhoria dos resultados ao nível dos conhecimentos adquiridos após a realização da ação de formação. Para analisar de forma agregada a evolução dos resultados foi construído um índice de literacia financeira (ILF) que se baseia nas respostas dos alunos a 8 questões específicas sobre numeracia, produtos financeiros e compreensão financeira. O ILF aumentou após a intervenção uma vez que o ILF obtido no questionário de acompanhamento mostra que os alunos acertaram, em média, em 4,51 questões das 8 consideradas, face a 3,73 questões acertadas no inquérito de diagnóstico. Este índice melhorou sobretudo entre os indivíduos do sexo masculino, os imigrantes, os alunos entre os 40 e os 54 anos e os que completaram o 2.º ciclo do ensino básico.

Ao invés, destaca-se a estagnação dos alunos sem qualquer nível de escolaridade completo, denotando-se a falta de progressão e dificuldades no processo formativo. Embora se analise a evolução da literacia financeira dos alunos em consequência da intervenção, surge como limitação deste estudo a inexistência de um processo de avaliação a longo prazo que permita aferir com dados mais consistentes as alterações no comportamento dos alunos (INFE, 2012). Nos próximos estudos semelhantes a realizar recomenda-se efetuar uma avaliação de longo prazo, um ano após a intervenção, para garantir os efeitos no comportamento dos seus destinatários ao longo do tempo. Do mesmo modo, dadas as dificuldades de aprendizagem dos alunos e a necessidade de explorar os conceitos financeiros em situações reais do quotidiano, recomenda-se aumentar o tempo de cada sessão de formação. A duração da ação de formação foi de 90 minutos e propõe-se, como sugestão de melhoria, a realização de múltiplas sessões para uma melhor consolidação dos conhecimentos, e utilização de novos meios no processo de aprendizagem. Seria também desejável criar materiais pedagógicos e formativos, dirigidos às especificidades dos adultos em contexto educativo, para serem disponibilizados aos professores e formadores.

Em consequência deste projeto de intervenção, os alunos apresentam uma melhoria no nível de literacia financeira, mas mostram também que ainda há muito trabalho a fazer, porque têm níveis baixos de literacia financeira e apresentam níveis de exclusão financeira superiores à média nacional. Ainda existe margem para melhorar nas suas

decisões financeiras. Este estudo vem reforçar a necessidade e a importância de proporcionar ações de formação específicas a grupos vulneráveis.

Os resultados deste estudo não podem ser estendidos a outros contextos, uma vez que as práticas de literacia ocorrem sempre em determinados quadros sociais e culturais (Ávila, 2008: 426), estando deste modo dependentes do contexto e das especificidades dos alunos envolvidos. A identificação do contexto social e cultural da Escola facilitou o planeamento e o desenvolvimento da intervenção por se tratar de uma população inserida num espaço de ensino formal, devidamente organizada em turmas, apoiada por um corpo docente e suportada pelas infraestruturas escolares. Este é um contexto muito utilizado para a elaboração de estudos de literacia, sendo também verdade para o caso da literacia financeira. Deste modo, conhecida a necessidade de trabalhar junto destes grupos populacionais, a metodologia aplicada neste projeto poderá ser replicada junto de populações similares noutras escolas.

O ensino não formal de adultos através das aprendizagens nos ambientes profissional, associativo e familiar facilitam a utilização de uma linguagem mais próxima e a aplicação prática dos conceitos em situações concretas com um elevado grau de familiaridade. Estes fatores preponderantes podem tornar o processo de aprendizagem mais eficaz na melhoria do conhecimento, das atitudes e do comportamento dos grupos vulneráveis, no âmbito da literacia financeira. Será imprescindível definir novas metodologias para desenvolver intervenções junto destas populações noutros contextos diferentes daquelas que são utilizadas em contexto escolar. Será particularmente interessante intervir em contexto vulnerável mais radical como os bairros problemáticos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Existem organizações no terreno que poderão ser envolvidas como parceiros do Plano Nacional, no entanto, em contexto diferente do ambiente escolar torna-se um grande desafio captar a aderência e participação das pessoas locais. E certamente será um desafio para o Plano Nacional chegar a quem está mais excluído.

Tendo em conta a vulnerabilidade destes grupos populacionais e perante o aparecimento crescente dos últimos anos da prestação de serviços financeiros digitais (GPFI, 2014) será necessário estudar, no futuro, a forma como este fenómeno poderá ampliar a distância destes grupos à inclusão financeira.

## Bibliografia

Agência Nacional para a Qualificação, I.P. 2008. *Cursos de educação e formação de adultos – Nível básico - Aprender com autonomia.*

Agência Nacional para a Qualificação, I.P. 2009. *Guia de operacionalização de cursos de educação e formação de adultos – Recursos e dinâmicas.*

Agência Nacional para a Qualificação, I.P. 2010. *Guia de perguntas e respostas – cursos de educação e formação de adultos (EFA).*

Allgood, S., & Walstad, W. B. 2016. The effects of perceived and actual financial literacy on financial behaviors. *Economic Inquiry*, 54 (1): 675-697.

Atkinson, A., & Messy F. 2012. *Measuring financial literacy: Results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) pilot study.* OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions no. 15, OECD Publishing.

Ávila, Patrícia. 2008. A Literacia dos Adultos. *Competências-chave na Sociedade do Conhecimento.* CIES-ISCTE, Lisboa: Celta Editora.

Bernheim, B. D., & Garrett. D. M., & Maki, D. M. 2001. Education and saving: The long-term effects of high school financial curriculum mandates. *Journal of Public Economics*, 80 (3): 435-465.

Buckland, J. 2010. Are low-income Canadians financially literate? Placing Financial Literacy in the context of personal and structural constrains. *Adult Education Quarterly*, 60 (4): 357-376.

Câmara Municipal de Odivelas. 2013. *Caracterização sociodemográfica do município de Odivelas. Análise dos Censos 2011*, disponível em [http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/anexos/Censos\\_definitivos\\_2011.pdf](http://www.cm-odivelas.pt/Extras/PDM/anexos/Censos_definitivos_2011.pdf) e acedido em 01/12/2016.

Campbell, J. 2006. Household finance. *Journal of Finance*, 61: 1553-1604.

Campenhout, G. V. 2015. Revaluing the role of parents as financial socialization agents in youth financial literacy programs. *Journal of Consumer Affairs*, 49 (1): 186-222.

Chen, H., & Volpe, R. P. 1998. An analysis of the importance of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. 2011. *Plano Nacional de Formação Financeira 2011-2015.* Lisboa: Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. 2016a. *Plano Nacional de Formação Financeira 2016-2020.* Lisboa: Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. 2011. *Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2010.* Lisboa: Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

- Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. 2016. *Relatório do inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2015*. Lisboa: Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
- Forté, K. S. 2013. Educating for financial literacy: A case study with a sociocultural lens. *Adult Education Quarterly*, 63 (3): 215-235.
- Global Partnership for Financial Inclusion. 2014. *Second GPMI Conference on Standard-Setting Bodies and Financial Inclusion: Standard Setting in the Changing Landscape of Digital Financial Inclusion*.
- Grohmann, A., & Kouwenberg R., & Menkhoff, L. 2015. Childhood roots of financial literacy, *Journal of Economic Psychology*, 51: 114-133.
- Guerra, Isabel Carvalho. 2000. *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação – O planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia Editora, Lda.
- Hilgert, M. A., & Hogarth, J. M., & Beverly, S. G. 2003. Household financial management: The connection between knowledge and behavior. *Federal Reserve Bulletin*, 89 (7): 309-322.
- Huston, S. J. 2010. Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44 (2): 296-316.
- International Network on Financial Education. 2012. *High-level principles for the evaluation of financial education programmes*, disponível em <http://www.oecd.org/finance/financial-education/49373959.pdf> e acedido em 01/12/2016.
- Jorgensen, B. L. & Savla, J. 2010. Financial Literacy of Young Adults: The Importance of Parental Socialization. *Family Relations*, 59 (4): 465–478.
- Klapper, L., & Lusardi, A., & Panos, Georgios A. 2013. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. *Journal of Banking and Finance*, 37 (10): 3904-3923.
- Lusardi A., & Mitchell, O. S. 2014. The economic importance of financial literacy theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52 (1): 5.
- Lusardi, A. 2015. Financial literacy skills for the 21st century: Evidence from PISA. *Journal of Consumer Affairs*, 49 (3): 639-659.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S., & Curto, V. 2010. Financial literacy among the young. *Journal of Consumer Affairs*, 44 (2): 358-380.
- Mandell, L., & Klein, L. S. 2007. Motivation and financial literacy. *Financial Services Review*, 16 (2): 105-116.
- Mandell, L., & Klein, L. S. 2009. The impact of financial literacy education on subsequent financial behavior. *Journal of Financial Counseling & Planning*, 20 (1): 15-24.
- Meier, S., & Sprenger, C. 2007. Selection into financial literacy programs: Evidence from a field study. *Research Review*, 8: 6-8.

Meier, S., & Sprenger, C. 2013. Discounting financial literacy: Time preferences and participation in financial education programs. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 95: 159-174.

OCDE. 2005. *Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness*, disponível em <http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf> e acedido em 01/12/2016.

OCDE. 2006. *Improving financial literacy: Analysis of issues and policies*, disponível em <http://dx.doi.org/10.1787/fmt-v2005-art11-en> e acedido em 01/12/2016.

OCDE. 2013. *Evaluating financial education programmes: Survey, evidence, policy instruments and guidance*, disponível em [http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20-Evaluating\\_Fin\\_Ed\\_Programmes\\_2013.pdf](http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20-Evaluating_Fin_Ed_Programmes_2013.pdf) e acedido em 01/12/2016.

OCDE. 2015. *2015 OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion*, disponível em [https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2015\\_OECD\\_INFE\\_Toolkit\\_Measuring\\_Financial\\_Literacy.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/2015_OECD_INFE_Toolkit_Measuring_Financial_Literacy.pdf) e acedido em 01/12/2016.

Robles, B. J. 2014. Economic inclusion and financial education in culturally diverse communities: Leveraging cultural capital and whole-family learning. *New Directions for Adult & Continuing Education*, 2014 (141): 57-66.

Rooij, M. V., & Lusardi, A., & Alessie, R. 2011. Financial literacy and stock market participation. *Journal of Financial Economics*, 101 (2): 449-472.

Rooij, M. V., & Lusardi, A., & Alessie, R. 2012. Financial literacy, retirement planning and household wealth. *Economic Journal*, 122 (560): 449.

Smyczek, S., & Matysiewicz, J. 2015. Consumers' financial literacy as tool for preventing future economic crisis. *Review of Business*, 36 (1): 19-33.

Volpe, R. P., & Chen, H., & Liu, S. 2006. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. *Financial Services Review*, 15 (1): 81-98.

Willis, L. E. 2011. The financial education fallacy. *American Economic Review*, 11 (3): 429-434.

## Anexos

Anexo A – Guião de entrevistas semiestruturas aos agentes escolares

Anexo B – Inquérito por questionário aos alunos para diagnóstico de literacia financeira

Anexo C – Conteúdo da ação de formação

Anexo D - Inquérito de satisfação

Anexo E – Inquérito por questionário aos alunos para avaliação da evolução da literacia financeira

Anexo F – Histogramas do Índice de Literacia Financeira



---

## **ANEXO A**

## Entrevista

### **Diagnóstico de necessidades de formação financeira dos alunos dos Cursos de Educação e Formação para Adultos (Cursos EFA), no concelho de Odivelas**

Esta entrevista surge no âmbito do Projeto de tese do aluno Rui Lavoura relativo ao Mestrado em Gestão do ISCTE-IUL, cujo tema é “Análise da eficácia da formação financeira: o caso dos cursos EFA em Odivelas”.

Os destinatários desta entrevista são os principais agentes que interagem com os alunos dos cursos acima identificados, designadamente professores, formadores e outros agentes escolares.

As suas respostas são confidenciais e utilizadas exclusivamente para os fins deste estudo. O seu contributo será fundamental para o planeamento de uma ação de formação junto dos alunos dos cursos EFA, que responda às suas necessidades de formação.

**1 – Que papel desempenha junto dos alunos envolvidos neste projeto?**

**2 – Quais são os cursos e as turmas com os quais trabalha ou mantém contacto?**

**3 – No total, quantos alunos são?**

**4 – Caraterize a situação socioeconómica dos alunos, referindo-se ao nível de escolaridade, nível de rendimentos, situação laboral, género, idade e nacionalidade.**

**5 – A Escola Secundária de Odivelas já desenvolveu algum projeto de formação financeira, junto da comunidade escolar? Se sim, que tipo de trabalhos desenvolveu? Quais as matérias/conteúdos abordados? Qual o público-alvo deste projeto? Quais os impactos do projeto?**

**5.1 (Caso respondam não) A Escola Secundária de Odivelas vê com interesse o tema da formação financeira? Acha que seria uma matéria a desenvolver junto da comunidade escolar?**

**5 – Conhece o Plano Nacional de Formação Financeira? Existe alguma parceria da Escola Secundária de Odivelas com o Plano Nacional?**

6 – Que tipo de trabalho já é desenvolvido em matéria de formação financeira, junto destes alunos?

Conhece/sabe que existe um o Plano Nacional de Formação Financeira? Se sim, já desenvolveu algum tipo de iniciativa deste projeto?

7 – Quais as áreas de formação financeira com maiores necessidades de formação dos alunos? (Assinale apenas 5 opções.)

Necessidades e desejos	Cartão de crédito
Gestão do orçamento familiar	Crédito automóvel
Rendimentos e despesas	Crédito pessoal
Prevenção e gestão do incumprimento	Responsabilidades de crédito
Produtos de poupança e investimento	Garantias do crédito
Contas de depósito e meios de pagamento	Sobre-endividamento
Abertura e encerramento de conta	Depósitos a prazo
Serviços mínimos bancários	Ações
Base de dados de contas	Obrigações
Cartões de pagamento	Fundos de investimento
Débito direto	Produtos financeiros complexos
Transferências	Criação e gestão de empresas
Cheques	Seguro de saúde
Crédito à habitação	Seguro de habitação
	Seguro automóvel

---

## **ANEXO B**

## Questionário | Literacia Financeira

Este questionário surge no âmbito do projeto do aluno Rui Lavoura relativo ao Mestrado em Gestão do ISCTE-IUL, cujo tema é “Estudo da eficácia das ações de formação financeira junto da população de Odivelas com baixo índice de literacia financeira”.

Os destinatários deste questionário são os alunos dos cursos EFA da Escola Secundária de Odivelas.

As suas respostas, para além de serem de muita importância para este projeto, serão rigorosamente anónimas e confidenciais, utilizadas exclusivamente para os fins deste estudo. Os seus dados pessoais não serão transmitidos a nenhuma outra pessoa ou entidades.

### A - Perfil do Entrevistado

1. Qual é o curso que se encontra a frequentar nesta Escola?

\_\_\_\_\_

2. Sexo

Masculino

Feminino

3. Idade

\_\_\_\_\_ anos

4. Qual é a sua nacionalidade?

\_\_\_\_\_

5. Qual é a sua naturalidade?

\_\_\_\_\_

6. Qual é o nível de escolaridade mais elevado que completou?

Nenhum

Tem ensino secundário completo (12º ano)

Tem instrução primária completa (4º ano)

Tem licenciatura completa

Tem ensino básico (6º ano)

Tem mestrado ou doutoramento

Tem ensino básico completo (9º ano)

7. Qual é a sua condição perante o trabalho?

Exerce uma profissão

Doméstica/o

Estudante

Desempregado (e não procura emprego)

Reformado/a

Desempregado (à procura de emprego)

8. Qual é a sua situação perante a profissão? (Responda apenas se respondeu “Exerce uma profissão” à pergunta 7).

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta de outrem                     | <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria (sem empregados) |
| <input type="checkbox"/> Estagiário  | <input type="checkbox"/> Trabalhador em empreendimento familiar         |
| <input type="checkbox"/> Trabalhador por conta própria/patrão com empregados |   |

9. Qual é a sua profissão?

---

10. Com quem vive? (Assinale com um **X** apenas uma opção.)

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Sozinho                                    |  |
| <input type="checkbox"/> Com o cônjuge / companheiro(a)             | <input type="checkbox"/> Com o cônjuge / companheiro(a), filhos e pais ou sogros |
| <input type="checkbox"/> Com o cônjuge / companheiro(a) e os filhos |  |
| <input type="checkbox"/> Com outros familiares                      | <input type="checkbox"/> Com amigos, colegas ou estudantes                       |

11. Qual o intervalo em que se enquadra o rendimento mensal bruto do seu agregado familiar?

- |  |  |  |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Sem rendimento        | <input type="checkbox"/> Entre 750 e 1000 euros  | <input type="checkbox"/> Acima de 1500 euros |
| <input type="checkbox"/> Até 557 euros         | <input type="checkbox"/> Entre 1000 e 1250 euros | <input type="checkbox"/> Não sabe            |
| <input type="checkbox"/> Entre 560 e 750 euros | <input type="checkbox"/> Entre 1250 e 1500 euros |  |

12. Tem internet em casa?

- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
|------------------------------|------------------------------|

## **B – Planeamento do Orçamento familiar e da poupança**

13. Quem é responsável por tomar decisões no dia a dia sobre dinheiro, no seu agregado familiar? (Assinale com um **X** apenas uma opção.)

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Toma as decisões sozinho(a)                                     | <input type="checkbox"/> As decisões são tomadas por outra pessoa |
| <input type="checkbox"/> Toma as decisões em conjunto com o seu cônjuge / companheiro(a) | <input type="checkbox"/> Não sabe                                 |
| <input type="checkbox"/> Toma as decisões em conjunto com outra pessoa                   | <input type="checkbox"/> Não responde                             |

14. Costuma fazer poupança?

- |  |                                       |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sim, regularmente   | <input type="checkbox"/> Não          |
| <input type="checkbox"/> Sim, irregularmente (rendimento extra, subsídios de férias ou de natal, prémios...) | <input type="checkbox"/> Não responde |

**15.** Porque não faz poupança? (Responda apenas se respondeu “Não” à pergunta **14.**)

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Poupar não é necessário | <input type="checkbox"/> O dinheiro não chega para as minhas despesas |
| <input type="checkbox"/> Gasto mais do que devia | <input type="checkbox"/> Não responde                                 |

**16.** Se hoje tivesse uma despesa que não estava a contar, de valor igual ao seu rendimento de um mês, conseguiria pagá-la sem pedir qualquer tipo de ajuda?

- |                              |   |
|------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não sabe                                   |
| <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Não aplicável (não tem rendimento pessoal) |

**17.** Assinale com **X** apenas uma opção, em cada uma das seguintes afirmações:

**17.1.** Antes de comprar qualquer coisa pondero com cuidado se posso suportar essa despesa.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.2.** Vivo para o presente e não me preocupo com o futuro.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.3.** Dá-me mais prazer gastar dinheiro do que poupar para o futuro.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.4.** Pago as minhas contas a tempo.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.5.** Fixo objetivos de poupança.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.6.** O dinheiro para mim existe para ser gasto imediatamente.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.7.** Estou satisfeito(a) com a minha situação financeira atual.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.8.** O pagamento das minhas despesas mensais costuma preocupar-me.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.9.** Recorro ao crédito com frequência.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**17.10.** Compro coisas de forma impulsiva.

- |                                 |                                       |                                   |                                |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Sempre | <input type="checkbox"/> Muitas vezes | <input type="checkbox"/> Às vezes | <input type="checkbox"/> Nunca |
|---------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|

**18.** Neste momento tem algum empréstimo?

- Sim  Não  Não responde

**19.** Que parte do seu rendimento mensal é utilizado para pagar os seus empréstimos? (Responda apenas se respondeu “Sim” à pergunta **18.**)

- Menos de um quarto (<25%)  Menos de metade (<50%)  Não tem empréstimos  
 Mais de metade (>50%)  Não sabe

### **C – Escolha e gestão de produtos financeiros**

**20.** É titular de uma ou mais contas de depósito à ordem?

- Sim  Não sabe  
 Não  Não responde

**21.** Qual a principal razão da escolha do banco onde abriu a conta bancária? (Responda apenas se respondeu “Sim” à pergunta **20.** Assinale com um **X** apenas uma opção.)

- Recomendação de familiar ou amigo  A entidade patronal obriga a ter conta nesse banco  
 É o banco onde tem o crédito à habitação ou outro empréstimo  Proximidade de casa ou do local de trabalho  
 Tem comissões/custos baixos  Nenhuma das anteriores

**22.** Sabe o valor da comissão de manutenção que o Banco lhe cobra pela conta bancária? (Responda apenas se respondeu “Sim” à pergunta **20.**)

- Sim  Não

**23.** Já contratou algum produto financeiro? (Pode assinalar com um **X** várias opções. Se responder “Não” à pergunta **23** passe para a Secção D.)

- Depósito à ordem  Crédito automóvel  Ações e obrigações  
 Depósito a prazo  Crédito à habitação  Outros produtos  
 Cartão de crédito  Seguros  Não

**24.** Antes de contratar um produto financeiro lê a informação que a instituição lhe dá sobre as condições dos produtos? (Assinale com um **X** apenas uma opção.)

- Sim, leio com muito detalhe  Não leio, confio no que o funcionário me transmite  
 Sim, leio com algum detalhe  
 Sim, leio mas com pouco detalhe  
 Não leio, não dou muita importância

25. Normalmente como recolhe informação sobre produtos financeiros? (Assinale com um **X** apenas uma opção.)

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> Gestor de conta                                 | <input type="checkbox"/> Amigos, colegas ou familiares | <input type="checkbox"/> Internet           |
| <input type="checkbox"/> Intermediário financeiro ou mediador de seguros | <input type="checkbox"/> Jornais                       | <input type="checkbox"/> Televisão ou rádio |

26. Como se classificaria quanto ao seu grau de risco face aos investimentos em produtos financeiros?

- Não gosto nada de arriscar
- Não gosto de arriscar
- Não gosto, nem desgosto de arriscar
- Gosto de arriscar
- Gosto muito de arriscar
- Não sabe

#### **D – Compreensão financeira**

27. Como avalia os seus conhecimentos financeiros?

- |                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Muito bons | <input type="checkbox"/> Suficientes   |
| <input type="checkbox"/> Bons       | <input type="checkbox"/> Insuficientes |

28. Foram entregues 1000€ para serem divididos por 5 irmãos em partes iguais. Com quanto dinheiro fica cada um?

- |                               |                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 500€ | <input type="checkbox"/> 100€     |
| <input type="checkbox"/> 200€ | <input type="checkbox"/> Não sabe |

29. Suponha agora que os 5 irmãos têm de esperar um ano para receber a sua parte dos 1000 euros. Se a taxa de inflação for 2%, daqui a 1 ano vão conseguir comprar:

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mais do que conseguiriam comprar hoje    | <input type="checkbox"/> Menos do que conseguiriam comprar hoje |
| <input type="checkbox"/> O mesmo do que conseguiriam comprar hoje | <input type="checkbox"/> Não sabe                               |

30. Suponha que coloca 100 euros num depósito a prazo com uma taxa de juro anual de 2 %. Quanto é que terá na conta ao fim de um ano? (Considere que não são cobradas comissões nem impostos.)

- |                               |                                   |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 100€ | <input type="checkbox"/> 104€     |
| <input type="checkbox"/> 102€ | <input type="checkbox"/> Não sabe |

31. Suponha que pretende comprar 3 kg de laranjas. Na loja pode comprar laranjas a 1,2€ por kg, ou em alternativa, uma caixa de 3kg por 3€. O que escolheria?

- 3kg de laranjas a 1,2€ por kg       Uma caixa de 3 kg a 3€       Não sabe

32. A qual das seguintes aplicações financeiras está associado um maior risco financeiro?

- Depósito à ordem       Ações de uma empresa  
 Depósito a prazo       Não sabe

33. Na maioria dos empréstimos à habitação, a taxa de juro paga ao banco é indexada a uma taxa de referência, que normalmente é a “Euribor”. Diga se a Euribor:

- É uma taxa definida pelo Banco de Portugal       É uma taxa que resulta dos empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus  
 É uma taxa definida pelo Banco Central Europeu       Não sabe

34. Suponha que tem um salário de 1000€. Imagine que para além do emprego, faz por vezes alguns serviços ao fim de semana, dos quais espera receber este mês 100€. Entretanto prevê como despesas 20€ de água, 30€ de eletricidade, 30€ de gás e 20€ em idas ao cinema. Prevê ainda o pagamento de 400€ para a renda da casa e gastar 200€ em alimentação.

34.1. Preencha os seguintes dados relativos ao seu hipotético orçamento mensal.

Orçamento Mensal	Valor (€)		Valor (€)
Rendimento Fixo		Despesas Fixas Necessárias	
Rendimento Variável		Despesas Fixas Supérfluas	
		Despesas Variáveis Necessárias	
		Despesas Variáveis Supérfluas	
<b>Total de rendimentos</b>		<b>Total de despesas</b>	
Saldo			

34.2. Quanto é que está a prever poupar neste mês?

- 1100€       100€  
 400€       Não sabe

35. Assinale a opção correta com X, em cada uma das seguintes afirmações:

35.1. Um orçamento permite definir objetivos de como poupar e gastar.

- Verdadeiro       Falso       Não sabe

**35.2.** Um orçamento não permite comparar o que se planeou gastar e o que se efetivamente se gastou.

Verdadeiro  Falso  Não sabe

**35.3.** Um orçamento ajuda as pessoas a tomar melhores decisões de consumo.

Verdadeiro  Falso  Não sabe

**35.4.** O saldo do orçamento quando é positivo significa que as despesas são superiores aos rendimentos.

Verdadeiro  Falso  Não sabe

**35.5.** A poupança permite enfrentar, mais facilmente, situações de desemprego ou de aumento inesperado das despesas.

Verdadeiro  Falso  Não sabe

**35.6.** O investimento é a aplicação das poupanças com o objetivo de obter rendimento.

Verdadeiro  Falso  Não sabe

**35.7.** Antes de se contrair um empréstimo deve-se identificar os rendimentos e despesas para avaliar a capacidade de pagar as prestações mensais.

Verdadeiro  Falso  Não sabe

Obrigado pela sua colaboração! 😊

---

## **ANEXO C**

## Questionário de avaliação da ação de formação

.....

**Designação da ação** : Planeamento e gestão do orçamento familiar

---

**Formador** : Rui Lavoura

---

**Data** :

---

Indique a sua opinião assinalando, com "X" uma das opções abaixo indicadas.

Avaliação da ação de formação	Muito bom	Bom	Suficiente	Insuficiente
1. Interesse do tema	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Capacidade de comunicação do formador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Materiais e equipamentos utilizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Utilidade prática da formação para o aluno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Apreciação global	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**Observações / Sugestões**

---

---

---

---

---

## **ANEXO D**

## Questionário de *follow up* em matéria de literacia financeira

Este questionário surge no âmbito do projeto do aluno Rui Lavoura relativo ao Mestrado em Gestão do ISCTE-IUL, cujo tema é “Estudo da eficácia das ações de formação financeira junto da população de Odivelas com baixo índice de literacia financeira”.

Os destinatários deste questionário são os alunos dos cursos EFA da Escola Secundária de Odivelas.

As suas respostas, para além de serem de muita importância para este projeto, serão rigorosamente anónimas e confidenciais, utilizadas exclusivamente para os fins deste estudo. Os seus dados pessoais não serão transmitidos a nenhuma outra pessoa ou entidades.

### A – Escolha e gestão de produtos financeiros

1. É titular de uma ou mais contas de depósito à ordem?

- Sim
- Não
- Não sabe
- Não responde

2. Como costuma aceder à sua conta bancária? (Pode assinalar com um X várias opções.)

- No balcão do Banco
- Numa caixa Multibanco
- Nos serviços de *homebanking* através da internet
- Na aplicação móvel para telemóvel, *tablet* ou *smartwatch*

3. Já acedeu à sua conta bancária através da internet?

- Sim, regularmente
- Sim, algumas vezes
- Não, mas estou a pensar utilizar
- Não pretendo usar porque não me sinto seguro(a)
- Não sabe

## B – Planeamento do orçamento familiar e da poupança

4. Quem é responsável por tomar decisões no dia a dia sobre dinheiro, no seu agregado familiar? (Assinale com um **X** apenas uma opção.)

- Toma as decisões sozinho(a).
- Toma as decisões em conjunto com o seu cônjuge / companheiro(a).
- Toma as decisões em conjunto com outra pessoa.
- As decisões são tomadas por outra pessoa.
- Não sabe
- Não responde

5. Costuma fazer poupança?

- Sim, regularmente.
- Sim, irregularmente (rendimento extra, subsídios de férias ou de natal, prémios...)
- Sim, melhorei os meus hábitos de poupança após ter a formação sobre o orçamento familiar.
- Não
- Não responde

6. Porque não faz poupança? (Responda apenas se respondeu “**Não**” à pergunta 5.)

- Poupar não é necessário
- Gasto mais do que devia
- O dinheiro não chega para as minhas despesas
- Não responde

7. Se hoje tivesse uma despesa que não estava a contar, de valor igual ao seu rendimento de um mês, conseguiria pagá-la sem pedir qualquer tipo de ajuda?

- Sim
- Não
- Não sabe
- Não aplicável (não tem rendimento pessoal)



**10.** Foram entregues 1000€ para serem divididos por 5 irmãos em partes iguais. Com quanto dinheiro fica cada um?

500€

100€

200€

Não sabe

**11.** Suponha agora que os 5 irmãos têm de esperar um ano para receber a sua parte dos 1000 euros. Se a taxa de inflação for 2%, daqui a 1 ano vão conseguir comprar:

Mais do que conseguiriam comprar hoje

Menos do que conseguiriam comprar hoje

O mesmo do que conseguiriam comprar hoje

Não sabe

**12.** Suponha que coloca 100 euros num depósito a prazo com uma taxa de juro anual de 2 %. Quanto é que terá na conta ao fim de um ano? (Considere que não são cobradas comissões nem impostos.)

100€

104€

102€

Não sabe

**13.** Suponha que pretende comprar 3 kg de laranjas. Na loja pode comprar laranjas a 1,2€ por kg, ou em alternativa, uma caixa de 3kg por 3€. O que escolheria?

3kg de laranjas a 1,2€ por kg

Uma caixa de 3 kg a 3€

Não sabe

**14.** A qual das seguintes aplicações financeiras está associado um maior risco financeiro?

Depósito à ordem

Ações de uma empresa

Depósito a prazo

Não sabe

**15.** Na maioria dos empréstimos à habitação, a taxa de juro paga ao banco é indexada a uma taxa de referência, que normalmente é a “Euribor”. Diga se a Euribor:

É uma taxa definida pelo Banco de Portugal.

É uma taxa definida pelo Banco Central Europeu.

É uma taxa que resulta dos empréstimos realizados entre um conjunto de bancos europeus.

Não sabe

**16.** Suponha que tem um salário de 1000€. Imagine que para além do emprego, faz por vezes alguns serviços ao fim de semana, dos quais espera receber este mês 100€. Entretanto prevê como despesas 20€ de água, 30€ de eletricidade, 30€ de gás e 20€ em idas ao cinema. Prevê ainda o pagamento de 400€ para a renda da casa e gastar 200€ em alimentação.

**16.1.** Preencha os seguintes dados relativos ao seu hipotético orçamento mensal.

Orçamento Mensal	Valor (€)		Valor (€)
Rendimento Fixo		Despesas Fixas Necessárias	
Rendimento Variável		Despesas Fixas Supérfluas	
	-	Despesas Variáveis Necessárias	
	-	Despesas Variáveis Supérfluas	
<b>Total de rendimentos</b>		<b>Total de despesas</b>	
<b>Saldo</b>			

**16.2.** Quanto é que está a prever poupar neste mês?

- 1100€
  100€  
 400€
  Não sabe

**17.** Assinale a opção correta com X, em cada uma das seguintes afirmações:

**17.1.** Um orçamento permite definir objetivos de como poupar e gastar.

- Verdadeiro
  Falso
  Não sabe

**17.2.** Um orçamento não permite comparar o que se planeou gastar e o que se efetivamente se gastou.

- Verdadeiro
  Falso
  Não sabe

**17.1.** Um orçamento ajuda as pessoas a tomar melhores decisões de consumo.

- Verdadeiro
  Falso
  Não sabe

**17.4.** O saldo do orçamento quando é positivo significa que as despesas são superiores aos rendimentos.

- Verdadeiro
  Falso
  Não sabe

**17.5.** A poupança permite enfrentar, mais facilmente, situações de desemprego ou de aumento inesperado das despesas.

- Verdadeiro
  Falso
  Não sabe

**17.6.** O investimento é a aplicação das poupanças com o objetivo de obter rendimento.

Verdadeiro

Falso

Não sabe

**17.7.** Antes de se contrair um empréstimo deve-se identificar os rendimentos e despesas para avaliar a capacidade de pagar as prestações mensais.

Verdadeiro

Falso

Não sabe

Obrigado pela sua colaboração! 😊

---

## **ANEXO E**

Cursos EFA  
Escola Secundária de Odivelas

## Planeamento e gestão do orçamento familiar

Rui Lavoura  
Mestrado em Gestão | ISCTE – Business School

---

Planeamento e gestão do orçamento familiar



VÍDEO DA SÉRIE “EU E O MEU DINHEIRO”

Qual das personagens queres ser?

Pedro



Carlos



Quais as diferenças?

<i>Carlos</i>	<i>Pedro (caracóis)</i>
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Identifica primeiro as suas NECESSIDADES</li><li>✓ Programa as despesas em função dessas NECESSIDADES</li><li>✓ Antes de comprar avalia a melhor forma de pagar</li><li>✓ No final, satisfaz os seus DESEJOS</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Satisfaz primeiro os seus DESEJOS</li><li>✓ Faz uma COMPRA POR IMPULSO</li><li>✓ Não avalia devidamente o custo de pagar a crédito</li><li>✓ No final, não tem dinheiro para satisfazer as suas NECESSIDADES</li></ul>
<p><b>CONCLUSÃO:</b> O Carlos faz uma boa gestão do seu dinheiro.</p>	<p><b>CONCLUSÃO:</b> O Pedro sente-se frustrado porque não controla o seu dinheiro.</p>

---

### Planear e gerir o Orçamento !

- O orçamento é uma importante **ferramenta para conhecer, gerir e equilibrar os rendimentos e despesas** de forma a planear e alcançar **objetivos**.



---

### Fases da elaboração do orçamento



Fase 1:  
Prever  
rendimentos  
e despesas

### Prever RENDIMENTOS

- ✓ Bruto vs. Líquido
- ✓ Fixos vs. Variáveis

### Prever DESPESAS

- ✓ Necessárias vs. Supérfluas
- ✓ Fixas vs. Variáveis

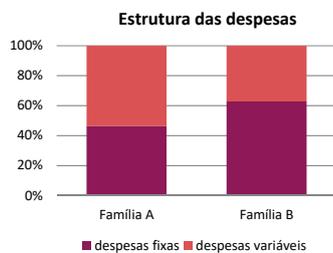
Fase 1:  
Prever  
rendimentos  
e despesas

#### • Rendimentos fixos (exemplos):

- ✓ Salário mensal
- ✓ Renda de casa alugada
- ✓ Subsídio de desemprego
- ✓ Pensão de reforma

#### • Rendimentos variáveis (exemplos):

- ✓ Juros de depósitos
- ✓ Prémios de produtividade



#### • Despesas fixas (exemplos):

- ✓ Prestações de empréstimos
- ✓ Renda de casa
- ✓ Seguros
- ✓ Impostos
- ✓ Condomínio

#### • Despesas variáveis (exemplos):

- ✓ Habitação (água, luz, gás)
- ✓ Alimentação
- ✓ Vestuário
- ✓ Transporte
- ✓ Telecomunicações
- ✓ Saúde
- ✓ Lazer

Fase 2:  
Estabelecer  
objetivos de  
poupança

### Poupar para quê?

- ✓ A poupança permite:
  - precaver situações imprevistas e despesas inesperadas
  - atingir objetivos de curto prazo
  - atingir objetivos de longo prazo



*Uma gestão responsável das finanças pessoais envolve destinar, sempre que possível, uma parte do rendimento mensal à poupança*

Fase 3:  
Elaborar o  
orçamento

<i>Rendimentos</i>		<i>Despesas</i>	
<i>Salário</i>	600 €	<i>Alimentação</i>	250€
<i>Explicações</i>	100€	<i>Renda Casa</i>	300€
<i>Total</i>	700 €	<i>Cinema</i>	10€
		<i>Total</i>	560€
		<i>Saldo</i>	140€

- Simulador do Orçamento Familiar  
<http://sicnoticias.sapo.pt/programas/contaspoupanca/2016-03-30-Simulador-de-Orçamento-Familiar>



*Saldo = Rendimentos líquidos – Despesas*

**Se o Saldo do orçamento é:**

- ✓ **Positivo**, então Rendimentos > Despesas  
... mas a poupança corresponde ao desejado?
- ✓ **Negativo**, então Rendimentos < Despesas  
É necessário corrigir a situação!

---

#### Dicas de Poupança

##### ...quando faz compras:

- ✓ compare os preços dos produtos antes de comprar
- ✓ faça uma lista de compras antes de sair de casa
- ✓ opte por produtos de marca branca
- ✓ evite recorrer ao crédito para compras do dia-a-dia
- ✓ compre medicamentos genéricos
- ✓ faça compras na época de saldos
- ✓ compre roupa apenas quando faz falta
- ✓ escolha um pacote de telecomunicações adequado ao que realmente utiliza
- ✓ guarde sempre as faturas para exercer eventuais direitos de garantia

---

#### Dicas de Poupança

##### ...em casa:

- ✓ evite lavar a loiça em água corrente, utilize a bacia do lava-loiça ou um alguidar
- ✓ prepare as refeições em casa e reutilize as sobras noutros pratos
- ✓ cozinhe com a panela tapada
- ✓ feche a torneira enquanto lava os dentes, corta a barba ou se ensaboa
- ✓ utilize lâmpadas económicas
- ✓ verifique se é útil a tarifa bi-horária de eletricidade
- ✓ utilize os transportes públicos

## Simulador da Poupança

O [simulador da poupança](#) disponível no Portal Todos Contam, ajuda a responder a três questões:

### QUAL O MONTANTE FINAL DA MINHA POUPANÇA?

Esta simulação calcula o montante de uma poupança no final de um determinado período, após reforços mensais ou anuais.



### QUANTO PRECISO DE POUPAR REGULARMENTE PARA CHEGAR AO MEU OBJETIVO?

Esta simulação calcula o montante que deve ser poupado, mensal ou anualmente, para que ao fim de um determinado período de tempo seja atingido o objetivo de poupança definido.



### QUANTO TEMPO PRECISO PARA ATINGIR O MEU OBJETIVO DE POUPANÇA?

Esta simulação calcula quanto tempo é necessário para que a poupança acumulada atinja um determinado montante objetivo.



## Simulador da Poupança

### QUAL O MONTANTE FINAL DA MINHA POUPANÇA?

Todos os campos são de preenchimento obrigatório.

Poupança inicial  €

Poupanças regulares  Por Mês ▼

Nº de períodos  Meses ▼

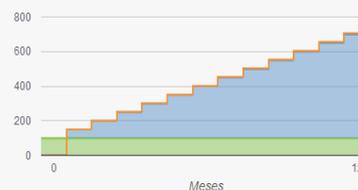
Taxa de juro (TANB)  %

Taxa de imposto  %

Taxa de juro depois de impostos (TANL)  %

AO FIM DE 1 ANO A SUA POUPANÇA É DE **706,15 €**, QUE RESULTA DE

Poupança inicial  €  
Poupanças regulares  €  
Juros recebidos  €





**Agora põe em prática...**

---

#### Serviços mínimos bancários

#### Quais os serviços incluídos nos serviços mínimos bancários?

- **conta de depósito à ordem**
- **cartão de débito** 
- **acesso à movimentação da conta** através de caixas automáticos, serviço de *homebanking* e balcões da instituição de crédito
- **realização de depósitos, levantamentos, pagamentos de bens e serviços, débitos diretos e transferências intrabancárias nacionais**

**Quem pode abrir uma conta de serviços mínimos bancários?**

- Para poder abrir uma conta de serviços mínimos bancários, o cliente **não pode ter outra conta de depósito à ordem**

**Qual é o custo de uma conta de serviços mínimos bancários?**

- No máximo 1% do salário mínimo nacional, ou seja, 5.57€

**Principais características do crédito**

O que é um **empréstimo**?

Qual é o montante de crédito?

Identificar o **prazo** do empréstimo.

Quais são os **custos** do crédito?

- juros
- comissões e despesas
- seguros

## Cuidados a ter no recurso ao crédito

- Avaliar a necessidade de comprar o bem ou serviço
- Ponderar a capacidade de pagar o empréstimo
- Avaliar a situação financeira

$$Taxa \text{ e } \zeta = \frac{\text{Encargos financeiros mensais}}{\text{Rendimentos mensais líquidos}} 100$$

- Escolher o tipo de crédito mais adequado à sua finalidade
- Comparar as condições apresentadas pelos diversos Bancos
- Pagar o empréstimo de forma responsável

## Quais as consequências do incumprimento?

- Pagamento de juros de mora, despesas ou encargos
- Comunicação do incumprimento à Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal
- Exigência do valor em dívida aos fiadores
- Ação judicial (penhora de salários, venda dos bens)

## Onde encontrar mais informação?

- Portal Todos Contam
- Portal do Cliente Bancário

<http://www.todoscontam.pt>

<http://cliente bancario.bportugal.pt>



Obrigada pela vossa atenção ! 😊

Rui Lavoura  
rui.filipe.lavoura@bportugal.pt

---

## **ANEXO F**

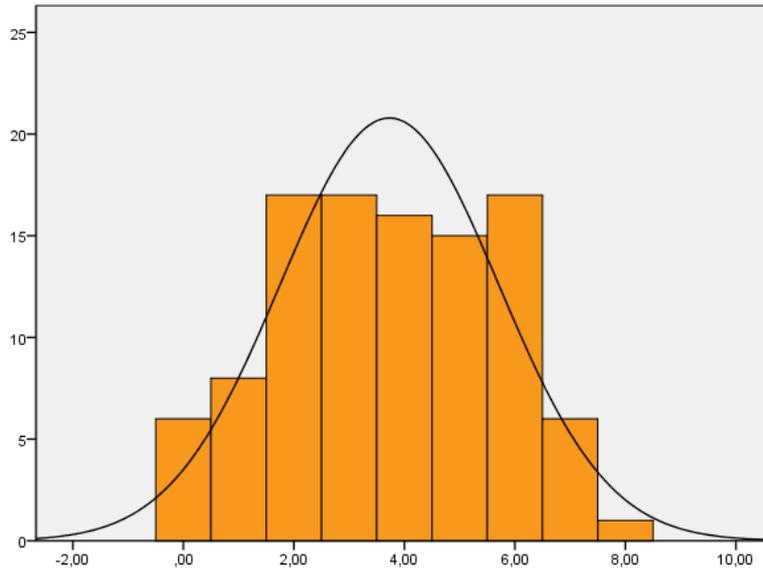


Gráfico 2.2.7.1 | Histograma do Índice de Literacia Financeira no momento do diagnóstico

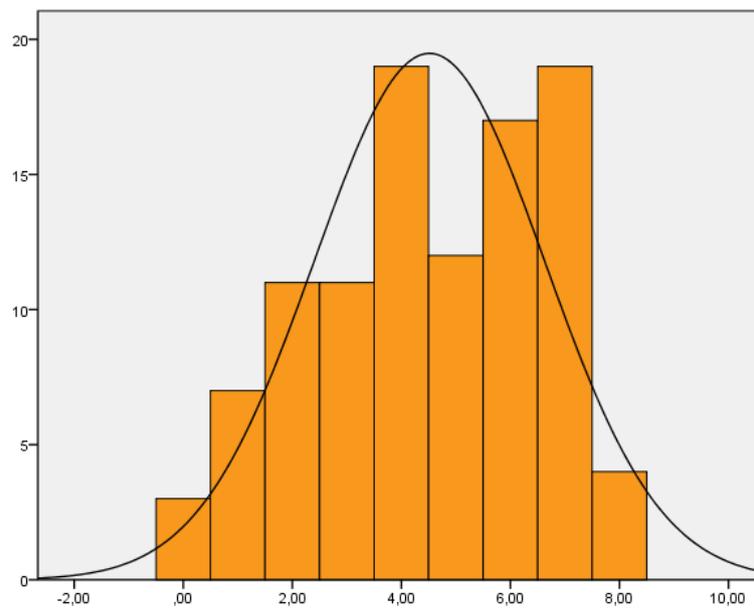


Gráfico 2.2.7.2 | Histograma do Índice de Literacia Financeira após intervenção